

REVISTA DE SEGUROS

• ANFAVEA: A RECEITA DE MÁRCIO LEITE PARA RETOMADA DAS VENDAS DE VEÍCULOS

• COMO IMIGRANTES, SOBRETUDO BRASILEIROS, PUXAM VENDAS DE SEGUROS EM PORTUGAL

• EM ARTIGO, ARMANDO VERGÍLIO DESTACA PAPEL DE CORRETOR NA ERA DA INOVAÇÃO

2030: RETA FINAL DA CORRIDA GLOBAL POR CARROS MAIS SEGUROS





**Aponte seu celular para conhecer o
Plano de Desenvolvimento
do Mercado de Seguros,
Previdência Aberta,
Saúde Suplementar
e Capitalização (PDMS)**



06

ENTREVISTA

Presidente da Anfavea, Márcio Leite fala sobre os caminhos para retomar o crescimento da indústria de veículos no País: crédito mais barato, reforma tributária e fim das travas às exportações.



30

EL NIÑO

Fenômeno natural volta ao radar da gestão de riscos do seguro rural, dada a ameaça de gerar perdas significativas por chuvas excessivas no Sul e no Sudeste e estiagem no Norte e no Nordeste, a partir do segundo semestre.

10

INOVAÇÃO / VEÍCULOS

Especialistas projetam um salto na segurança dos veículos produzidos até 2030, com a inclusão de novos acessórios de fábrica. O objetivo é reduzir mortes, lesões e sinistros em acidentes de trânsito.

18

EMPREGOS & TECNOLOGIA

Baixas nos empregos tecnológicos, observadas no mundo nos últimos meses, são vistas como fenômeno pontual. Projeções de retomada do crescimento podem esbarrar na falta de pessoal especializado no Brasil.



14

MIGRAÇÃO & SEGUROS

Imigrantes brasileiros impulsionam o mercado de seguros lusitano entre pessoas físicas. Na sequência, os seguros corporativos ganham força com a chegada de multinacionais atraídas pela política de investimentos.

24

DIVERSIDADE

CNseg lança guia sobre a importância da adoção do nome social pelo mercado segurador. Ação cumpre capítulo da agenda de Diversidade e Inclusão liderada pela entidade no plano institucional.



26

EDUCAÇÃO

Considerada fundamental para a evolução do mercado, a educação formal no País enfrenta descumprimento da maioria das metas educacionais do plano decenal PNE, que se encerra em 2024.

34

POLUIÇÃO DOS MARES

Na Década do Oceano da ONU, a poluição do mar é um desafio crescente para o País, que lança quase 3,5 milhões de toneladas de plástico e isopor por ano nos oceanos. Oportunidade para o setor de seguros.



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE

Ivan Luiz Gontijo Junior

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,
Denis dos Santos Moraes, Edson Luis Franco e Manoel
Antonio Peres

DIRETOR-PRESIDENTE

Dyogo Oliveira

DIRETORES

Eduard Folch Rue, Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo
Stefanello Dal Ri, Erika Medici Klaffke, Felipe Costa da
Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, Helder
Molina, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke
Boguszewski, Marcelo Malanga, Patricia Andrea Freitas
Velloso dos Santos, Patricia Chacon Jimenez, Pedro
Cláudio de Medeiros B. Bulcão, Pedro Pereira de
Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS

Véículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORA-CHEFE

Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

EDITORA DE IMAGEM

Cláudia Mara Alcon dos Santos

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira, Genildo
Lins, Glauce Carvalhal

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

Bianca Rocha, João Maurício Cameiro, Jorge Clapp, Mário
Moreira, Michel Alecrim e Vicente Nunes.

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens
Google, divulgação de empresas.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Macon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação
e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

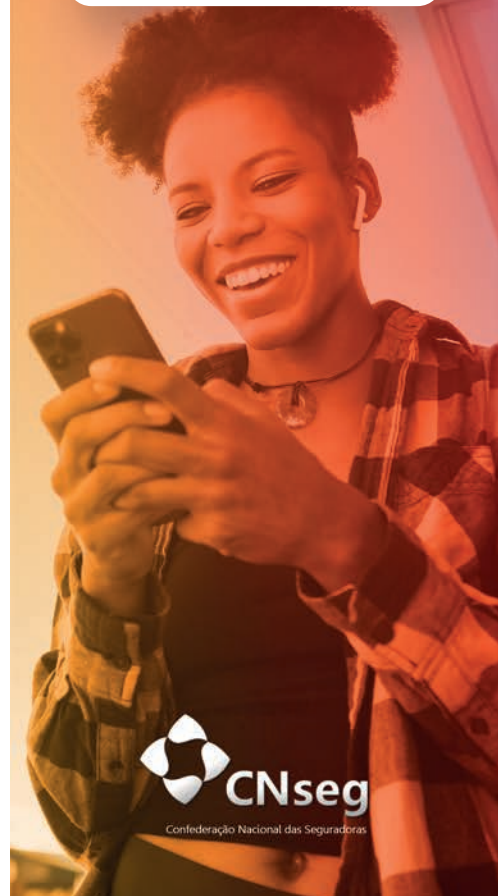
Digital: 4.000 destinatários
Impressa: 1.000 destinatários

● **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

**Quer receber
as principais
ações e
notícias sobre
o setor de
seguros?**



**Aponte o seu celular
para se cadastrar no
WhatsApp da CNseg**





A MARATONA GLOBAL POR VEÍCULOS MAIS SEGUROS: AVANÇOS E DESAFIOS ATÉ 2030

Nesta edição, falamos de carros, de novas ações na ampliação da diversidade do setor, voamos até Portugal para contar como os brasileiros estão transformando o mercado segurador lusitano e desembarcamos de volta para discutir desafios e oportunidades do mercado segurador.

A nossa capa traz a corrida que, para tornar os carros de passeio mais seguros em todo o mundo, ganha fôlego e ritmo redobrados daqui até 2030, quando a maioria dos países terá sua frota equipada com novos itens de segurança de fábrica. É sobre essa movimentação global das montadoras que se debruça a matéria de capa da *Revista de Seguros* n° 925.

Caixa-preta, sensores que travam a ignição por uso de álcool e limitadores de velocidade são alguns dos novos acessórios que miram a queda no número de mortes e lesões por acidentes de trânsito. Por ora, esses itens só estão disponíveis nos países desenvolvidos. A ONU adverte que não é ideal ter carros mais ou menos seguros e prega que normas legislativas precisam garantir um nível de segurança uniforme e aceitável nos veículos de todo o mundo.

Entre o ideal e o possível, a realidade de cada mercado fala mais alto, já que esses investimentos produzem algum ajuste nos preços. De qualquer forma, a convergência dos esforços das monta-

doras é muito bem-vinda, porque os números de mortes e lesões decorrentes de acidentes de trânsito continuam irracionais em todo o planeta. Além da segurança veicular, os motoristas precisam estar conscientes de suas responsabilidades ao volante. Isso é fundamental.

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores ((Anfavea), Márcio de Lima Leite, identifica desafios e soluções para reativar a indústria automotiva. Em entrevista exclusiva à *Revista de Seguros*, ele destaca que obstáculos como a crise econômica de 2015/2016, a pandemia de 2020, a escassez global de semicondutores e, na sequência, os juros altos e as restrições ao crédito têm levado à queda da produção para os atuais 2,3 milhões de unidades por ano, quando a capacidade instalada é o dobro disso.

Outra reportagem examina mudanças no *modus operandi* do mercado segurador português, devido ao desembarque maciço de estrangeiros, em especial de brasileiros, no país luso. Corretoras de seguros e seguradoras têm se adaptado para oferecer um tratamento personalizado àqueles que demandam proteção e, dessa forma, combater a desaceleração das vendas de seguros constatada entre os portugueses.

No plano da diversidade e inclusão, duas iniciativas institucionais da CNseg se somam às

ações que celebram o mês do orgulho LGBTQIAP+. A primeira é o Guia da CNseg que destaca a importância da adoção do nome social pelas seguradoras. A outra é a conversão do Grupo de Trabalho de Diversidade e Inclusão, criado em 2017, em uma Comissão Temática da CNseg.

A onda de demissões em massa nas *big techs* e nas *startups* neste ano é outro tema abordado pela *Revista de Seguros*. Inicialmente assombroso, o desemprego tecnológico é visto como um fenômeno pontual por especialistas. Para eles, a crise, causada pela falta de liquidez para investimentos em empresas do setor, é temporária, e os empregos serão retomados em breve.

Os leitores também poderão conferir duas estreias nesta edição. Agora teremos a seção “CNseg em Ação”, que destaca as principais iniciativas institucionais da Confederação Nacional das Seguradoras. E uma nova coluna com espaço para os agentes de mercado. Iniciamos esse espaço com artigo do presidente da Fenacor, Armando Vergílio, que aborda o papel do corretor de seguros em um cenário de profunda inovação do mercado segurador.

Tem muita novidade e muita história boa nesta edição. Espero que vocês aproveitem.

Boa leitura!

“O CRÉDITO CARO É O QUE MAIS IMPACTA AS VENDAS DE VEÍCULOS”

Capazes de produzir 4,5 milhões de automóveis por ano, as montadoras brasileiras têm encontrado seguidas barreiras para utilizar a capacidade instalada máxima de suas fábricas no País. Obstáculos como a crise econômica de 2015/2016, a pandemia de 2020, a escassez global de semicondutores na sequência e, agora, os juros altos e as restrições ao crédito levaram a produção a decrescer para os atuais 2,3 milhões de unidades por ano.

Trata-se de um patamar de produção insustentável por tanto tempo, reconhece o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Márcio Lima Leite, lembrando que, em seu melhor momento, a indústria fabricou 3,8 milhões de carros por ano há uma década. Alimentando a esperança de que estava a caminho da emblemática marca de 5 milhões de unidades anuais.

Em entrevista exclusiva à *Revista de Seguros*, Márcio Leite aponta os caminhos para a retomada do setor. “Para elevar a produção, devemos trabalhar em medidas de curto e longo prazos, tanto no mercado interno quanto nas exportações, atacando problemas como falta de acesso ao crédito, juros elevados, complexidade tributária e burocracia,

além dos entraves às exportações”. Confira abaixo a entrevista na íntegra.

Os dados dos últimos anos mostram que as montadoras têm encontrado grandes dificuldades para aumentar as vendas internas em ritmo mais vistoso. Quais são os entraves para a indústria operar com toda sua capacidade instalada?

Márcio Leite — Temos uma capacidade instalada para produzir 4,5 milhões de unidades por ano. Há dez anos, chegamos a produzir 3,8 milhões, com a perspectiva de crescer para perto de 5 milhões. Mas aí veio a crise econômica de 2015/2016, que derrubou o volume de produção e, mais recentemente, a trajetória de recuperação foi interrompida pela pandemia. Hoje, estamos produzindo cerca de 2,3 milhões de veículos, pouco mais da metade da nossa capacidade. É insustentável permanecer nesse nível por tanto tempo. É preciso reverter as atuais condições restritivas de crédito e juros elevados, fazer a tão desejada reforma tributária, que simplifique o atual sistema, reduzindo custos, e definir uma política de Estado voltada para a nova industrialização, que dê previsibilidade para as montadoras e sua extensa cadeia de fornecedores fazerem

robustos investimentos, boa parte englobando demandas sociais de novas tecnologias de propulsão ambientalmente responsáveis.

Por que a indústria tem recorrido à redução no ritmo de produção neste ano e por quanto tempo planeja manter a fabricação em banho-maria?

As interrupções na produção de caminhões e ônibus eram, até certo ponto, previsíveis. É normal haver um período mais intenso de compras antes da virada de fases do Proconve(*). A atual fase P8 entrou em vigor em janeiro, colocando os veículos pesados no patamar dos países mais desenvolvidos em termos de controle de emissões. Além do alto custo dessa tecnologia, o segmento de pesados também passa por dificuldades de crédito que dificultam o financiamento. A combinação desses fatores resulta no desaquecimento momentâneo desse segmento. Já para os veículos leves, há uma combinação negativa de oferta, em razão de efeitos residuais da crise dos semicondutores, com um princípio de esfriamento das vendas no varejo, fruto da dificuldade de crédito. Há alguns anos, 70% das vendas de automóveis eram financiadas. Hoje, 67% são à vista, não pelo fato de esse segmento ter cres-



“Não podemos nos contentar em ser um país exportador de matérias-primas, temos de transformá-las em produtos e componentes tanto para o mercado interno como para exportação.”

cido, mas porque o consumidor não consegue financiar a compra. Aí está o “X” da questão. É preciso melhorar as condições de crédito para reaquecer o mercado.

A cogitada volta dos carros populares pode dar um novo alento à produção? Quais são os pré-requisitos para isso dar certo?

A Anfavea fez um cálculo corrigindo pela inflação os preços dos populares da época do Governo Itamar Franco. Eles custariam hoje cerca de R\$ 80 mil e não teriam nem retrovisor do lado direito, nem cintos de três pontos traseiros ou cintos traseiros de três pontos, muito menos itens eletrônicos de conectividade, *airbags* e freios ABS. Volto a dizer: para aumentar a produção, devemos trabalhar em medidas de curto e longo prazos, tanto no mercado interno quanto nas exportações, atacando problemas como falta de acesso ao crédito, juros elevados, complexidade tributária e burocracia, além dos entraves às exportações. Hoje, sem dúvida, o crédito caro é o que mais impacta as vendas de veículos.

“Hoje, 67% (das vendas) são à vista, não pelo fato de esse segmento ter crescido, mas porque o consumidor não consegue financiar a compra. Aí está o “X” da questão. É preciso melhorar as condições de crédito para reaquecer o mercado.”

Como a regionalização da produção de acessórios/autopeças pode ser uma resposta assertiva?

A localização da produção de componentes é fundamental para um projeto nacional de nova industrialização. Sem um setor de fornecimento de autopeças robusto, o setor automotivo não deslança. E aqui falo desde ferramentaria, que foi muito afetada durante a pandemia, até itens de maior complexidade, como câmbio automático, itens eletrônicos e baterias de carros eletrificados. Não podemos nos contentar em ser um país exportador de matérias-primas, temos de transformá-las em produtos e componentes tanto para o mercado interno como para exportação. Mas, novamente, esses investimentos dependem de uma clara política de industrialização ligada às demandas das novas tecnologias de propulsão.

O carro elétrico parece ter boa acolhida no mercado brasileiro. Quais as consequências desse modelo para o ecossistema da indústria automotiva? Qual a participação esperada das vendas de



carro elétrico nos próximos anos e quais os desafios para sua fabricação?

No ano passado, foram emplacadas quase 50 mil unidades de veículos elétricos. Para este ano, são esperados mais de 70 mil emplacamentos, crescimento superior a 40%. Eles ainda representam 3,5% do total de vendas, mas vêm crescendo rapidamente. Mais de 90% são híbridos, boa parte produzidos localmente. Os veículos leves elétricos são quase todos importados, mas já estamos produzindo no Brasil caminhões e ônibus 100% elétricos. Este é um caminho sem volta, que tende a crescer e que demandará grandes investimentos em termos de pontos de carregamento, geração de energia e distribuição. E exigirá grandes adaptações de todo o ecossistema automotivo, como fornecedores de autopeças, oficinas, serviços e até das seguradoras. Mas reforço que, no Brasil, a solução de mobilidade não será apenas elétrica, e sim eclética. Temos uma das matrizes energéticas mais limpas do

mundo e décadas de experiência com o uso de biocombustíveis sustentáveis. A dimensão geográfica do Brasil e as distintas demandas de mobilidade exigem diferentes soluções de propulsão, desde os motores flex e os movidos a gás, a biodiesel e HVO, até os eletrificados híbridos e os elétricos.

Qual sua avaliação a respeito do alinhamento das montadoras às questões ASG?

Nosso setor é referência absoluta em questões ambientais, sociais e de governança. Nossas fábricas geram um forte impacto positivo de desenvolvimento socioeconômico em todas as comunidades em que estão inseridas. Em relação ao ambiente, nosso grande objetivo é a descarbonização, uma imposição global sem volta. Estamos totalmente focados na atração de novos investimentos para a produção local de veículos ambientalmente responsáveis, que passa pela transformação das matérias-primas em compo-

“No Brasil, a solução de mobilidade não será apenas elétrica, e sim eclética. Temos uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo e décadas de experiência com o uso de biocombustíveis sustentáveis.”



“Esperamos que o Governo e o Congresso viabilizem a reforma tributária, com foco em uma política de Estado que permita ao Brasil ocupar posição de relevante player industrial no competitivo mercado automotivo mundial.”

nentes e pelo desenvolvimento de fornecedores ligados a novas tecnologias de propulsão, até o uso de novas fontes de energias limpas e de infraestrutura, transmissão e distribuição. Ao mesmo tempo, temos times de pesquisa e desenvolvimento no País trabalhando em soluções com biocombustíveis, que se somam aos esforços de eletrificação para proporcionar uma efetiva redução das emissões de CO₂ do poço à roda.

O que o setor espera da conjuntura na gestão do novo Governo e quais os pontos de atenção?

Nossa comunicação está fluindo muito bem neste início de Governo. Continuamos mantendo a nossa agenda normal de contatos com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, na busca de soluções para nossas questões setoriais. Esperamos que o Governo e o Congresso viabilizem rapidamente a reforma tributária, com foco em uma política de Estado para a nova industrialização que permita ao Brasil ocupar posi-

ção de relevante *player* industrial no complexo e competitivo mercado automotivo mundial.

Como estão se comportando as exportações de veículos, tendo em vista o risco de recessão global e de mercados que vêm adotando ações protetivas?

Esse foi o indicador mais positivo da indústria automotiva em 2022. A Anfavea já projetava uma alta de 22%, mas os 480,9 mil veículos exportados no ano representaram um crescimento de 27,8% sobre 2021. O que não deixa de ser surpreendente, dadas as restrições de comércio exterior impostas pela Argentina, nossa maior parceira comercial, em razão de sua crise. Em contrapartida, o sensível crescimento dos embarques para todos os outros mercados latino-americanos, em especial México, Colômbia e Chile, permitiu esse bom resultado no ano. Em valores, as exportações tiveram alta ainda mais significativa, de 37,6%, por conta das vendas significativas de veículos com maior valor agregado, como SUVs,

caminhões e ônibus. Para 2023, a expectativa é de ligeira queda de 2,9%, ainda puxada pela Argentina. A Anfavea estima exportação total de 467 mil unidades. O ponto de alerta é a entrada, cada vez maior, de modelos asiáticos nos países vizinhos. Se tivéssemos mais competitividade interna e menores barreiras às exportações, ocuparíamos muito mais espaço nos mercados latino-americanos.

O que os números de produção, venda e estoques acumulados no ano dizem sobre o desempenho anual?

Fechado o balanço do primeiro trimestre, estamos 30 mil unidades abaixo do que deveríamos para cumprir nossa produção projetada de 2,4 milhões de unidades. Mas não faremos uma revisão de projeções antes da metade do ano. Muitas variáveis podem fazer o mercado reagir, e estamos otimistas com o interesse demonstrado pelo Governo Federal em dialogar com o setor automotivo em torno de medidas efetivas para reduzir nossa capacidade ociosa.

DADA A LARGADA PARA REVOLUCIONAR SEGURANÇA DE CARROS ATÉ 2023

Caixa-preta, frenagem de emergência e sensores que travam ignição por consumo excessivo de álcool estão entre as tecnologias de vanguarda embarcadas nos novos veículos.

Entre 2024 e 2030, é esperado um novo salto na segurança dos veículos produzidos em todo o mundo – expectativa que é fruto de programas para incluir mais itens de segurança de fábrica nos veículos leves e pesados, tomando a condução mais segura. O objetivo final é reduzir mortes, lesões e sinistros em acidentes de trânsito.

A cruzada por tecnologias embarcadas, porém, manterá um ritmo desigual entre os países, em virtude de legislações de trânsito mais ou menos severas. Isso significa que o mais provável é que países desenvolvidos permaneçam à frente dessa competição, e os em desenvolvimento, em posições intermediárias ou quase desconfortáveis, reconhecem especialistas e a própria Organização das Nações Unidas (ONU).

A União Europeia (UE) está entre os mercados automotivos mais dinâmicos em relação à segurança. Desde julho de 2022, com a atualização das Regulações Gerais de Segurança da União Europeia, os veículos novos produzidos ou vendidos na Europa passaram a (ou estão em via de) adotar itens de fábrica inovadores, como

caixa-preta, limitador de velocidade, frenagem de emergência, mecanismos de proteção aos pedestres e até dispositivo de segurança que trava a ignição se o consumo de bebida for excessivo.

A exemplo dos aviões, a caixa-preta dos veículos planeja reunir dados mais detalhados e precisos sobre os acidentes, permitindo ações mais assertivas das autoridades públicas/agências reguladoras para reduzi-los. A implantação tem ocorrido desde 2022 em carros novos e, até julho de 2024, deverá ser concluída na frota de todos os países da UE, inclusive nos veículos fabricados antes de 2022. Os dados registrados na caixa-preta serão anônimos e não serão disponíveis a terceiros, como seguradoras.

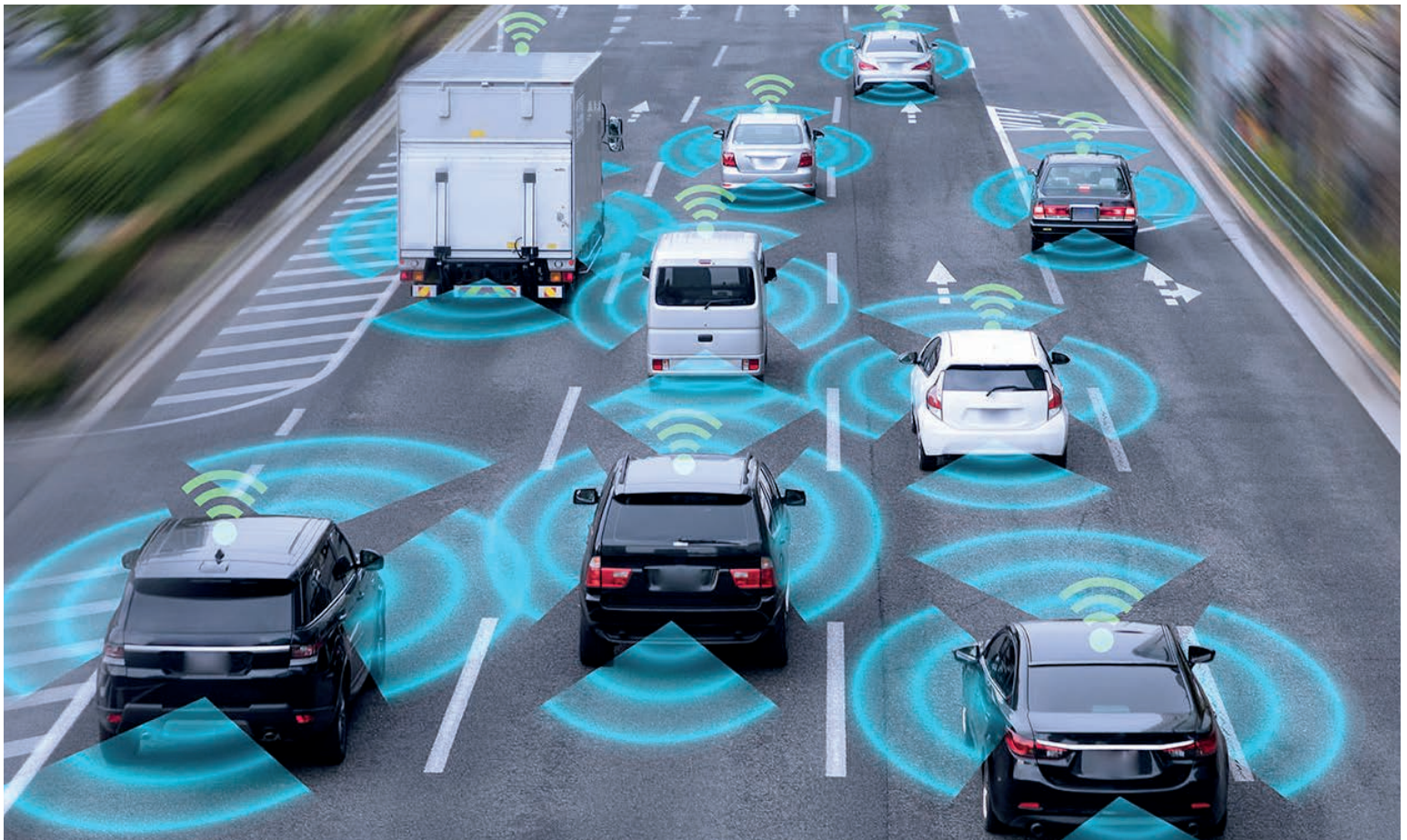
O chamado Sistema de Assistência Inteligente de Velocidade é obrigatório em todos os modelos de carros produzidos na UE também desde julho de 2022; para os mais antigos, o prazo encerra-se em julho do próximo ano. O Conselho Europeu de Segurança afirma que o uso generalizado desse equipamento poderá reduzir os acidentes em 30%, e as mortes e lesões no trânsito, em 20%.

O dispositivo de travamento da ignição por álcool é outra iniciativa promissora, já usado pela Justiça na Europa contra motoristas infratores. Em vez da suspensão da carteira de habilitação, motoristas só podem dirigir carros que tenham esse sensor instalado até o julgamento das ações de trânsito.

“A União Europeia avançou 20 anos em relação ao Brasil e a outros países da América Latina, em termos de regulamentação de segurança veicular, apenas com a adoção das novas especificações de 2022”, afirma Alejandro Furas, secretário-geral do Latin NCAP, associação encarregada de testar os níveis de segurança de veículos novos à venda na América Latina e no Caribe e de estimular fabricantes a aperfeiçoar sistema e governos a replicar regulamentos propostos pela ONU.

● ● ● ROTA 2030

No Brasil, grande parte das ações em favor do aumento da segurança consta do programa Rota 2030, cujo cronograma prevê que os carros deverão ter acessórios de fábricas contra colisões



“A União Europeia avançou 20 anos em relação ao Brasil e a outros países da América Latina em regulamentação de segurança veicular, apenas com a adoção das novas especificações de 2022.”

Alejandro Furas, Latin NCAP

laterais até 2024. Outros cinco acessórios obrigatórios estarão disponíveis até o próximo ano: aviso de não enfivelamento do cinto; indicador de direção lateral; farol de rodagem diurna; sinal de frenagem de emergência (ESS) e sistema de controle de estabilidade (ESC), de acordo com resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, o órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito.

Não há ainda normativos sobre itens de frenagem autônoma de emergência contra acidentes com pedestre ou ciclistas, nem de assistente de permanência em faixa de rodagem (LKAS) ou de monitor sonolência ou distração do motorista. Ao todo, são 18 medidas que constam do Rota 2030 para ampliar a segurança dos carros nos próximos sete anos e meio.

Para Alejandro Furas, uma regulamentação tornando os testes de colisão obrigatórios para veícu-

los leves e pesados no País, a fim de classificá-los quanto à segurança e avaliar o padrão de seus acessórios, seria um passo crucial para incentivar as montadoras locais a acelerar seus investimentos na oferta de carros mais seguros.

Essa medida seria ainda mais eficaz se houvesse ampla divulgação dos resultados desses testes aos consumidores. Além disso, seria importante que as seguradoras oferecessem preços diferenciados para as coberturas, o que seria uma indicação valiosa para os compradores, a exemplo do que ocorre no mercado europeu.

● ● ● ESCOLHAS SEGURAS

Na União Europeia, o Euro NCAP criou o sistema de classificação de segurança para ajudar consumidores, suas famílias e empresas a comparar, com mais facilidade, os veículos e



para ajudá-los a identificar a escolha mais segura para suas necessidades.

A classificação em estrelas é determinada pelo desempenho do carro nos testes Euro NCAP, mas também leva em consideração o equipamento de segurança oferecido pelo fabricante em cada mercado. Portanto, um alto número de estrelas não apenas indica um bom resultado nos testes, mas também que o equipamento de segurança está amplamente disponível para os consumidores na Europa.

Anualmente, a entidade divulga sua lista de carros mais seguros. Na mais recente, a de 2022, a disputa pelas estrelas tornou-se ainda mais acirrada, tendo em vista os novos normativos da UE e a tradição das montadoras da Europa de antecipar a adoção de itens de segurança que constarão de futuras legislações.

“O ano de 2022 foi um dos mais movimentados do Euro NCAP, com novos fabricantes de automóveis e novas tecnologias. É claro que uma boa classificação Euro NCAP é vista pelos fabricantes como fundamental para o sucesso na Europa. Isso só pode significar melhores equipamentos de segurança e automóveis mais seguros para os consumidores europeus”, afirmou Michiel van Ratingen, secretário-geral do Euro NCAP, ao anunciar os vencedores de 2022.

Os carros mais seguros do Euro NCAP são os que obtêm pontuações gerais mais altas,

com base em seus resultados para tecnologias de proteção de ocupantes adultos, infantis e usuários vulneráveis, além de assistência à segurança. Pela primeira vez, essa lista incluiu dois carros da Tesla e dois chineses recém-chegados ao mercado europeu.

NÚMEROS ELEVADOS

Coordenador do SOS Estradas, Rodolfo Rizzotto reconhece que “a tecnologia de segurança embarcada nos carros produzidos no País teve uma melhora significativa nos últimos anos, contribuindo para evitar parcelas de mortes e lesões em acidentes de trânsito”. Como exemplo, ele destaca os benefícios de *airbags* e de freios ABS, obrigatórios nos veículos, inclusive nos populares.

Entretanto, os números persistem elevados, porque, segundo ele, há uma “verdadeira indústria da impunidade” que se mantém ativa no País, minando o resultado potencial dos acessórios de segurança. Como exemplo, Rizzotto cita os conteúdos postados por motoristas que cometem uma série de infrações de trânsito, transformando-se em celebridades nas redes sociais, sendo remunerados por

“Uma boa classificação Euro NCAP é fundamental para o sucesso na Europa. Isso só pode significar melhores equipamentos de segurança e automóveis mais seguros.”

Michiel van Ratingen, Euro NCAP

diversas plataformas. Para ele, as omissões da legislação de trânsito para atingir as “celebridades” das redes sociais e a utilização pouco efetiva dos dados criados na cadeia automotiva precisam ser corrigidas.

De qualquer forma, a incorporação de tecnologias de segurança é bem-vista pela ONU, sobretudo após seu primeiro programa para baixar as mortes e lesões no trânsito não atingir suas metas na década passada, de 2011 a 2020. Resultado: a ONU lançou sua segunda década de ação pela segurança no trânsito em 2021, para reduzir em, pelo menos, 50% as mortes e as lesões decorrentes de acidentes em todo o planeta até 2030.

A segurança do veículo ocupa um lugar de destaque nesse novo programa, por isso, montadoras devem investir em projetos para proteger motoristas, passageiros e pedestres simultaneamente. A ONU recomenda que as empresas automotivas incorporem recursos para evitar acidentes ou, quando inevitáveis, reduzir os riscos de lesões em todos os envolvidos.

Ainda segundo a ONU, embora já existam tipos de soluções tecnológicas de prevenção, sua incorporação difere entre os países de destino dos veículos automotores.

“A tecnologia embarcada nos carros produzidos no País teve uma melhora significativa nos últimos anos, contribuindo para evitar parcelas de mortes e lesões em acidentes de trânsito.”

Rodolfo Rizzotto, SOS Estradas

É necessário aplicar normas legislativas harmonizadas para o projeto e a tecnologia de veículos, a fim de garantir um nível de segurança uniforme e aceitável em todo o mundo.”

Resolução da ONU



RISCOS DE SEGUROS

“Na verdade, dependendo das regulamentações vigentes nos mercados de destino, os veículos são fabricados com diferentes recursos de segurança. As empresas automotivas frequentemente retiram especificações para recursos de salvamento em modelos mais novos vendidos em países cujas normas não reclamem a inclusão. É necessário aplicar normas legislativas harmonizadas para o projeto e a tecnologia de veículos, a fim de garantir um nível de segurança uniforme e aceitável em todo o mundo”, destaca a Resolução da ONU.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os acidentes de trânsito no Brasil resultam em aproximadamente 45 mil mortes anuais, além de 300 mil com lesões graves. Os custos econômicos são de cerca de R\$ 50 bilhões por ano- R\$ 40 bilhões nos acidentes em rodovias; e R\$ 10 bilhões nas áreas urbanas. O Ipea sugere políticas públicas assertivas, como aumento da fiscalização e do controle de velocidade, a fim de reduzir o número de acidentes de trânsito quanto sua gravidade.

Os dados gerados por novas tecnologias disponíveis nos veículos são uma fonte de informações preciosa para uma subscrição adequada de riscos de seguros e para retroalimentar a criação de *softwares* e *hardwares* que contribuam para tornar a condução de veículos mais segura. O compartilhamento dos dados, portanto, é visto como a nova era de ouro para expandir serviços na cadeia automotiva e, enfim, aperfeiçoar a mobilidade urbana.

Ocorre que montadoras atuantes na Europa, alegando determinações da Lei de Dados, travam esse livre repasse de informações. Um bom exemplo é o caso da caixa-preta. A rigor, os dados que contam a narrativa de acidentes só podem ser manipulados por autoridades públicas, a fim de estabelecer novas exigências para mitigar os danos das colisões e atropelamentos. Outros acessórios permanecem com seus dados distantes dos mercados.

Daí porque, no mercado europeu, uma nova legislação de acesso a dados, funções e

recursos no veículo é solicitada por entidades de consumidores, fornecedores automotivos, indústria de *leasing* e seguradoras, entre outros *players* que subscreveram uma declaração conjunta recentemente.

Enviado ao comissário europeu Thierry Breton, o documento assinala que a legislação de acesso a dados, funções e recursos no veículo deveria ter entrado em vigência em 2021. O texto acrescenta que a criação de um normativo específico de acesso já era prevista na própria Lei de Dados da União Europeia.

Uma legislação para facilitar o acesso aos dados do veículo é prometida para breve e torna-se o ponto de partida para o desenvolvimento de um mercado inovador e competitivo de veículos conectados. Dados da própria Comissão Europeia estimam um mercado da ordem de 400 bilhões de euros no plano global até 2030, gerados via ecossistema de automóveis/mobilidade. A própria Comissão da UE reconhece a existência de uma barreira sistêmica de acesso aos dados e promete pacificar o assunto nos próximos meses.

IMIGRANTES IMPULSIONAM MERCADO DE SEGUROS EM PORTUGAL

Embora não haja estatísticas oficiais, entidades locais admitem que o número de apólices emitidas em nomes de estrangeiros pessoas físicas não para de crescer. Em Portugal, há seguros obrigatórios para qualquer cidadão.

O desembarque maciço de estrangeiros — em especial, de brasileiros — em Portugal está provocando mudanças expressivas no mercado segurador lusitano. Se, por um lado, a inflação em disparada e a queda da renda dos portugueses fazem o número de apólices emitidas recuar; de outro, os imigrantes que aportam no país europeu estão impulsionando negócios no setor, obrigando as empresas a se modernizar, com mais absorção de tecnologia e incremento dos quadros de pessoal com trabalhadores vindos de fora.

“É um movimento sem volta”, afirma Livia Albuquerque Bisoni, business developer na MSD Portugal, corretora de seguros e consultoria de riscos líder no território luso e terceira maior no Brasil. “Há cinco anos, havia um brasileiro na empresa, hoje, são oito. Isso se reflete nas corretoras e seguradoras. É importante ter pessoas que conheçam os clientes”, diz.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensão (ASF), responsável pela re-

“

Há cinco anos, havia um brasileiro na empresa, hoje, são oito. Isso se reflete nas corretoras e seguradoras. É importante ter pessoas que conheçam os clientes.”

Livia Bisoni, MSD Portugal



gulação e fiscalização do mercado, e a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) ressaltam não ter estatísticas oficiais para medir o impacto da entrada de consumidores estrangeiros no mercado segurador. Mas ambas as entidades admitem que as apólices emitidas em nomes de imigrantes não param de crescer. Em Portugal, há seguros obrigatórios para qualquer cidadão, independentemente do país de origem.

“Quem comprar um imóvel com financiamento bancário, por exemplo, terá necessariamente que fazer um seguro de riscos atrelado ao crédito e, muitas vezes, também um seguro de vida, para que o contrato seja liquidado em caso de morte do mutuário. Há, ainda, a obrigatoriedade de seguros para carros, diferentemente do Brasil”, explica Sandra Utsumi, diretora-executiva do Haitong Bank.



“É um público muito exigente, que procura saber detalhes dos contratos. Isso tem nos obrigado a buscar mais conhecimento sobre os produtos.”

Carlos Melo, corretor de seguros

*“**Quem comprar um imóvel com financiamento bancário, por exemplo, terá necessariamente que fazer um seguro de riscos atrelado ao crédito.**”*

Sandra Utsumi, Haitong Bank



Dados mais recentes do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) apontam que há mais de 800 mil estrangeiros vivendo legalmente em Portugal. Desse total, quase 350 mil são brasileiros. Não por acaso, ressalta o corretor Carlos Melo, os cidadãos oriundos do Brasil estão entre os que mais demandam serviços das seguradoras atualmente.

“Tenho vendido principalmente seguros de automóveis, motos, habitação e saúde para os bra-

sileiros. E estamos falando de um público muito exigente, que procura saber todos os detalhes dos contratos. Isso tem nos obrigado a buscar mais conhecimento sobre os produtos que oferecemos”, acrescenta Melo.

Lívia Bisoni ressalta que a modernização imposta pelos clientes brasileiros e pessoas de demais nacionalidades foi tão forte que as seguradoras tiveram que correr para se ade-

quar. “Até pouco tempo atrás, as empresas portuguesas sequer emitiam apólices em inglês”, afirma.

● ● ● **OLHO NA LEGISLAÇÃO**

Morando em Portugal há um ano, o carioca Jorge Marques conta que, tão logo chegou ao país, tratou de fazer um seguro de saúde. Ainda que o SNS, sistema público de saúde português, ofereça consultas, exames e cirurgias gratuitas, ele percebeu que ficar dependente apenas da rede governamental não era um bom negócio, sobretudo pelas dificuldades de atendimento nos grandes centros urbanos.

“Estou pagando 180 euros (R\$ 1,1 mil) por mês para o seguro de saúde do casal. Aqui há diferenças em relação aos planos do Brasil. A coparticipação é regra. Usou, pagou parte dos serviços. Outro ponto importante que exige muita atenção: o histórico médico do Brasil é zerado, começa-se uma nova vida. Demorei um pouco

para entender isso”, diz ele, que logo depois, fez três seguros: para o crédito do imóvel que comprou, de vida e do carro. “Os da casa e do carro são obrigatórios”, informa.

Funcionária da área de Tecnologia da Informação (TI) da Volkswagen, Renata Lima afirma que não pensou duas vezes em fazer seguros tão logo chegou a Portugal, em 2019. “Assim que comprei meu apartamento, fiz o seguro de crédito e o de multiriscos. E foi muito importante. Os prédios de Lisboa são bem antigos, e tive problemas com a tubulação duas vezes. Até alagamento enfrentei. E o seguro cobriu tudo”, relata.

Renata, que era precavida também no Brasil, ainda tem o seguro obrigatório do automóvel e outro para complemento de renda após a aposentadoria. A empresa dela arca com o seguro saúde. “É questão de segurança. Não é só porque estou vivendo em Portugal”, enfatiza.

Para Daniel Cupertino, também do ramo de TI, funcionário da Airbus em Portugal, a grande preocupação ao fazer seguros no país que escolheu para viver foi observar a legislação. “Há diferenças em relação ao Brasil. Por isso, fiquei atento a todos os detalhes”, destaca ele, que também fez seguros obrigatórios para o crédito imobiliário — adquiriu um apartamento em Almada, ao lado de Lisboa — e para o automóvel. “O seguro de saúde é pago pela empresa”, assinala.

José Pires do Prado, que mora há quatro anos em Caldas da Rainha, região central de Portugal, conta que, além do seguro residencial atrelado à hipoteca da casa e o do carro, contratou seguro saúde para ele, a mulher e os dois filhos adolescentes, para não depender só do sistema público de saúde. “Agora pensamos em contratar um seguro para pets, como forma de proteger nossos dois cachorros. Estamos estudando as condições”, diz.

Essa multiplicidade de serviços demandados por brasileiros e outros estrangeiros era mais do que esperada, ressalta Paulo Bracons, consultor em seguros e serviços financeiros, que já passou por algumas das principais seguradoras portuguesas. Segundo ele, num primeiro momento, os imigrantes também impulsionaram os seguros de crédito habitacional, automóveis e vida.

Outros ramos que tendem a ser beneficiados: de pets e aqueles voltados para bens usados por profissionais de tecnologia, como celulares, computadores, iPads. “São instrumentos de trabalho, e estamos vendo um movimento dos nômades digitais para Portugal”, acrescenta. Futuramente, as estatísticas retratarão essa nova realidade.



BOOM ESTÁ POR VIR

No entender do português Nuno Vieira, sócio no Brasil do setor de seguros da Ernst & Young (EY), o grande *boom* da participação de estrangeiros, principalmente de brasileiros, no mercado segurador de Portugal ainda está por vir.

“Por enquanto, estamos vendo pessoas físicas entrando no mercado. Mas o incremento verdadeiro virá com investimentos estrangeiros no setor produtivo. As empresas demandam uma série de serviços, a começar por seguros para fábricas, grandes obras e coletivos para trabalhadores”, explica.

A brasileira Embraer anunciou recentemente parceria com a portuguesa Ogma, para produção e manutenção dos aviões de defesa Super Tucanos, já seguindo os parâmetros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Como esse, outros projetos vão se desenvolver.

Os números oficiais reforçam a visão de Vieira. No primeiro trimestre deste ano, o mercado de seguros português como um todo encolheu 10,4% ante o mesmo período do ano passado. Já

os seguros para o crédito à habitação avançaram 4,6% em igual comparação, indicando a presença de imigrantes nesse segmento.

“Precisamos acompanhar de perto a evolução dos investimentos estrangeiros em Portugal. Quanto mais crescerem, mais o mercado de seguros será demandado”, acredita.

Para Livia Bioni, da MDS, já é percebida a presença de capital externo nas áreas de turismo, construção e tecnologia, e gigantes estão ficando centros de TI em território luso, devido aos custos mais baixos do que os praticados em outros países da Europa.

Dono de um badalado restaurante em Lisboa, o Bono, o chef brasileiro Robson Oliveira conta que, para abrir seu negócio, teve de contratar seguros obrigatórios para a proteção coletiva de seus empregados. “Sem esse seguro, não há como abrir as portas”, ressalta. Há ainda seguros contra riscos gerais, pois todo empreendimento está sujeito ao inesperado.

Na vida pessoal, ele paga seguro de saúde e de automóvel. “Sempre tive seguros no Brasil e, morando no exterior, esse tipo de produto torna-se ainda mais importante”, emenda. O chef, que está se preparando para abrir o segundo restaurante na capital portuguesa, também buscou proteção para Snow, seu cão de estimação.

A empresária Sílvia Caetano, dona da Light Design, sentiu na pele — e no bolso — o quanto um bom seguro pode fazer a diferença ante intempéries. Em dezembro de 2022, a região onde ficava a sede de sua empresa (Algés) foi totalmen-

“

“Por enquanto, estamos vendo pessoas físicas entrando no mercado. Mas o incremento verdadeiro virá com investimentos estrangeiros no setor produtivo.”

Nuno Vieira, Setor de Seguros da EY



Portugal tem **589 empresas de seguro em operação, 26 estrangeiras. São 10.349 trabalhadores no segmento. Os prêmios em 2021 representaram 5,9% do PIB do país.**



te alagada duas vezes, no prazo de uma semana. A quantidade de chuva que caiu na região foi tamanha que destruiu tudo: móveis, computadores, arquivos e os estúdios nos quais eram desenvolvidos projetos de iluminação para a clientela.

Na época que contratou o seguro, não se previa eventos extremos. A cobertura dos prejuízos ficou aquém da realidade. “Agora, estou vendo novas apólices, para que todos os riscos sejam cobertos”, assinala. Além da compra de seguros empresariais, ela adquiriu seguros saúde em favor de seus dez funcionários e de familiares.

● ● ● PRODUTOS PREMIUM

A exigência maior dos brasileiros por qualidade fez surgir um mercado de produtos premium em Portugal, afirma Lívia Bisoni. “Corretoras, seguradoras e *brokers* tiveram de criar áreas de atendimento *private*. Os brasileiros gostam de ser bem tratados”, relata.

Esse segmento mais especializado se consolidou nos últimos três anos, quando a imigração para Portugal deu um salto espetacular. “Nesse período, na empresa em que atuo, o total de seguros aumentou 33%, já as apólices que cobrem riscos como os do crédito imobiliário dobraram, indicando claramente que estrangeiros, sobretudo os brasileiros, estão cada vez mais presentes no mercado. Hoje, 50% das empresas que atendemos vieram de fora”, completa.

Paulo Bracons vê um espaço imenso para crescimento do mercado segurador de Portugal por causa dos imigrantes. “A comunidade brasileira no país está muito forte e cresce ano após ano. O perfil dos imigrantes oriundos do Brasil também mudou”, ressalta ele.

Até metade da década passada, prevaleciam trabalhadores em busca de oportunidade no país europeu; mais recentemente, o movimento tem sido liderado por um público de mais

alta renda. Dois dados chamam a atenção. Os brasileiros estão no topo do ranking dos estrangeiros que mais compram apartamentos acima de 1 milhão de euros (R\$ 5,6 milhões) em Portugal e, enquanto empresários, respondem por três de cada dez contratações de trabalhadores estrangeiros.

Com os portugueses sofrendo para fechar as contas do mês, as seguradoras não admitem abrir mão de brasileiros, ingleses, americanos, chineses e franceses, que demandam todos os tipos de serviços. A próxima década, aposta Nuno Vieira, delineará uma nova face do setor.

Segundo relatório de 2021 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensão, Portugal tem 589 empresas de seguro em operação, sendo 26 estrangeiras. São 10.349 trabalhadores atuando no setor. Foram gerados, naquele ano, 12,4 bilhões de euros (R\$ 70 bilhões) em prêmios, o equivalente a 5,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

ONDA DE DEMISSÕES NAS *STARTUPS* É FENÔMENO PASSAGEIRO

Especialistas apostam que, apesar da falta de liquidez para investimentos em empresas de tecnologia, a crise é pontual, e os empregos serão retomados em breve. A falta de qualificação da mão de obra preocupa.

As empresas de tecnologia vinham sendo apontadas nos últimos anos como válvulas de escape para o problema da empregabilidade. Enquanto faltam vagas na maioria dos setores para o grande número de candidatos a um emprego, nesse ambiente mais pujante tem havido sobra de postos de trabalho e sempre com salários mais altos que a média, levando muita gente até a buscar formação na área.

No entanto, uma onda de demissões em massa nas *big techs* e nas *startups*, neste ano, colocou em xeque a capacidade de absorção dessa mão de obra. A prosperidade do setor também tem sido vista com desconfiança depois da quebra em março do SVB (Silicon Valley Bank), principal financiador do Vale do Silício, nos Estados Unidos.

Além da crise de liquidez para financiamento e investimento em *startups*, o início de 2023 teve números negativos para as *big techs* globais. Foram mais de cem mil demissões em empresas tidas como inabaláveis, como Amazon e Meta, por exemplo. Por isso, a dúvida sobre o futuro das empresas tecnológicas em geral vem dominando

o debate econômico e exigindo uma análise mais detalhada dos especialistas.

Para Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), apesar do enorme apetite verificado nos últimos anos, o setor demonstrou que está sujeito a certas condições do mercado da mesma forma que as empresas tradicionais: reduções de demanda, aumento de custos e elevação de juros. O ambiente econômico negativo vivido pelo Brasil e pelo mundo também impacta as empresas de TI.

A necessidade de ajuste, além de provocada pelo quadro macroeconômico, também foi motivada por um crescimento exagerado nos últimos anos, que forçou a atual reestruturação. Para Zylberstajn, empresas de tecnologia não são tão ciosas em relação à retenção de capital humano como as empresas tradicionais. Mas, como lidam com profissionais preparados e que aprendem os processos rapidamente, cortar os excessos não impede uma recuperação fácil de seus quadros no futuro.

“Pode parecer contraditório, mas, na realidade, os profissionais do setor tecnológico são altamente qualificados e, ao mesmo tempo, facilmente

substituíveis. O alento para quem está perdendo o emprego é que, pela capacidade de adaptação desses profissionais, a recolocação tende a ser rápida, principalmente numa futura retomada”, explica o professor.

“O alento para quem está perdendo o emprego é que, pela capacidade de adaptação desses profissionais, a recolocação tende a ser rápida, principalmente numa futura retomada.”

Hélio Zylberstajn, FEA/USP

“Os investimentos voltados para negócios inovadores em fase inicial de certa forma secaram, e um dos motivos é que o investidor ficou mais criterioso e mais avesso ao risco.”

André Miceli, MBA/FGV

“A inovação e o investimento em tecnologia ainda continuam, mesmo que de forma mais discreta ou menos acelerada, até porque vários temas ainda estão em andamento.”

Ildeberto Rodello, FEA-RP

“Mantemos a previsão de crescimento exponencial de empregos e reforçamos nossa preocupação com a falta de pessoal especializado no Brasil, que deveria investir mais em formação.”

Helen Loiola, Brasscom

● ● ● PÓS-PANDEMIA

André Miceli, coordenador do MBA da FGV em Marketing e Inteligência de Negócios Digitais, resalta que, além de fatores que afetam a economia, o setor tecnológico vive uma reorganização pós-pandemia. Enquanto no período de isolamento social a demanda tecnológica aumentou intensamente, o volume não se sustentou com a retomada do trabalho presencial e da circulação das pessoas nas ruas. Para ele, a liquidez dos investimentos foi reduzida, mas não haverá escassez de recursos para bons projetos, inclusive de *insuretechs*.

“Os investimentos voltados para negócios inovadores em fase inicial secaram, de certa forma, e um dos motivos é que o investidor ficou mais criterioso e mais avesso ao risco. Mas isso não vai impedir que esses recursos cheguem aos bons projetos”, aposta Miceli, que também vê grande oportunidade de crescimento para *fintechs* de seguros.

Ildeberto Aparecido Rodello, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), também vinculada à USP, resalta que, apesar do grande número de de-

missões, grande parte dos profissionais dispensados não são propriamente das áreas tecnológicas, mas de departamentos de Recursos Humanos, atendimento ou mediação de mídia, por exemplo.

“A transformação digital foi acelerada durante a pandemia e, com o fim desse período, houve uma freada, mas ela não acabou. A inovação e o investimento em tecnologia da informação ainda continuam, mesmo que de forma mais discreta ou menos acelerada. Até porque vários temas ainda estão em andamento, como robotização, internet das coisas, avanços na inteligência artificial e ciência de dados. Isso tudo ainda é muito efervescente no mercado”, afirma Rodello, que aposta não só na continuidade de uma forte procura por profissionais da área no Brasil como também na demanda por brasileiros capacitados para atuar no exterior.

● ● ● NOVOS TALENTOS

Os empregos do setor no Brasil vêm sendo monitorados pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação

(TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom). Segundo estudo de 2021, divulgado no ano passado, a previsão é de que o setor geraria uma demanda de 797 mil profissionais até o fim de 2025, ou cerca de 159 mil novos talentos por ano. O documento também estima que os empregos nas áreas de TIC, *software* e TI *in house* (setores de tecnologia da informação instalados dentro de empresas de outros ramos) pagam três vezes mais que a média salarial nacional.

Para Helen Loiola, coordenadora de Inteligência e Informação da Brasscom, o crescimento dos mercados de informação na nuvem, segurança da informação, inteligência artificial e *big data* vai continuar gerando demanda por profissionais qualificados na área, que tendem a ser bem pagos.

“Nós observamos o mercado, mas essas demissões são fatos pontuais. Mantemos a previsão de crescimento exponencial de empregos e reforçamos nossa preocupação com relação à falta de pessoal especializado no Brasil, que deveria investir mais em formação. Anualmente, o País forma 53 mil universitários em áreas tecnológicas, o que é insuficiente”, destaca Loiola.



NOVA COLUNA REÚNE TEMAS INSTITUCIONAIS DE REPERCUSSÃO NO MERCADO

Edição de estreia destaca três iniciativas que colaboram para consolidar forte expansão do setor segurador a curto e médio prazos

Um dos assuntos que inauguram essa seção é a próxima edição da Conferência Hemisférica da Federação Interamericana de Seguros (Fides), principal evento do calendário do mercado regional de seguros das Américas e da Península Ibérica, que já conta com mais de 900 inscritos (dados fechados

até abril) e mira alcançar 1,5 mil participantes na imersão em prol do crescimento sustentado.

Na sequência, a Agenda Institucional da CNseg que, dias após ser apresentada em Brasília, teve uma de suas propostas acolhidas pelo pacote do Governo em favor da expansão do crédito;

e o Plano de Desenvolvimento do Mercado Segurador, que ambiciona fazer o mercado crescer de forma acelerada nos próximos anos e atingir a casa de 10% do PIB em receitas (hoje são 6,5%), elevar as indenizações pagas para 6,5% (hoje, 4,6%) e ampliar em 20% a população protegida por seguros.

A próxima Conferência Hemisférica de Seguros da Fides, a primeira presencial após a pandemia da Covid-19, já apresenta números preliminares que a aproximam da condição de edição histórica. Até abril, mais de 900 pessoas fizeram inscrição para a Fides Rio 2023, que ocorrerá de 24 a 26 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro, reunindo delegações de 37 países e de mais de 300 empresas de seguros, resseguros, *brokers*, grandes corretoras, escritórios de advocacia, subscritores etc. Também estarão presentes CEOs, presidentes e executivos dos mais tradicionais grupos seguradores regionais e globais, que se juntarão a um time de especialistas, autoridades públicas e lideranças globais da mais alta relevância, observa o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, em vídeo publicado no site da Fides.

A meta do encontro é reunir 1,5 mil participantes, tornando-se uma das edições mais prestigiadas da história da Fides. As inscrições continuam abertas. Até abril, as três maiores delegações estrangeiras confirmadas eram as dos Estados Unidos, com 138 inscritos, da Argentina (58), do Reino Unido e da Colômbia (ambas com 51). Vale destacar, no entanto, que haverá delegações de várias partes do mundo, como Portugal, Espanha, Polônia, Suíça, Emirados Árabes, Coreia do Sul, Cingapura e Eslovênia, entre outras.

O interesse em participar da Fides é notório e tem relação direta com a tradição da Conferência Hemisférica de promover debates estratégicos e substantivos para a sustentabilidade do mercado global de seguros. Nesta 38ª edição, o tema central será “Seguros para um mundo mais sustentável”.

Um site (<https://fidesrio2023.com.br/>) foi criado para atender os interessados em participar do encontro bianual — apenas na pandemia seu cronograma foi descumprido. Nele, estão reunidas as informações mais relevantes da próxima Fides, como palestrantes, programação, patrocinadores, informações sobre o Brasil e o Rio de Janeiro, cidade escolhida para sediar o evento pela terceira vez na história da Conferência.

Além disso, parte do conteúdo debaterá direta ou indiretamente temas como desafios da longevidade, avanço dos riscos cibernéticos, sinistros de grande monta, mudanças climáticas e aderência das seguradoras a questões ligadas à sigla ASG (ambientais, sociais e de governança). “São temáticas que tratam

Fides: a meta do encontro é reunir 1,5 mil participantes, tornando-se uma das edições mais prestigiadas da história da Fides. As inscrições continuam abertas.

de questões fundamentais para o futuro do mercado”, assinala Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, entidade-anfitriã do evento da Fides.



A incorporação ao pacote pró-crédito do Governo de um dos dez tópicos prioritários da primeira Agenda Institucional da CNseg, poucos dias depois de lançada oficialmente em Brasília, em 12 de abril, demonstra que o mercado segurador está pronto para ser um parceiro estratégico das políticas públicas.

Lançado em 21 de abril, o pacote federal reúne 13 iniciativas para facilitar o acesso ao mercado de crédito e reduzir juros, entre outras ambições. Uma delas é justamente a aceitação de reservas financeiras mantidas em planos de previdência privada, em títulos de capitalização e seguros de vida em garantias a financiamentos.

O consenso é de que essas garantias financeiras ofertadas pelas seguradoras vão também baixar a inadimplência nas operações de crédito e os resgates de reservas dos planos de previdência e vida, em momentos de sufoco financeiro dos segurados.

O mercado segurador é um dos maiores investidores institucionais no País e reúne R\$ 1,2 trilhão em ativos garantidores. Numa conta conservadora, o presidente da CNseg assinala que, se apenas algo entre 5% e 10% das reservas das seguradoras forem usadas, a cifra direcionada a garantias de crédito oscilará de R\$ 60 bilhões a R\$ 120 bilhões.

O uso das reservas da previdência privada, defendido pela CNseg, foi um dos temas debatidos no âmbito da Iniciativa de Mercado de Seguros (IMS), grupo de trabalho criado no ano passado para fomentar o setor. Agora, consta do Projeto de Lei Complementar já enviado para apreciação do Congresso Nacional.

A garantia a empréstimos financeiros não é, contudo, a única contribuição para melhorar a vida da população

em geral e auxiliar a materialização de algumas políticas públicas do Governo. Nos demais tópicos da Agenda Institucional, o setor segurador oferece propostas assertivas de melhoria do ambiente de negócios, em prol do desenvolvimento socioeconômico do País e da ampliação da poupança nacional, além do bem-estar coletivo.

A Agenda Institucional lista outras ações que podem potencializar o alcance do seguro, ao lado de maior bem-estar de parcelas da população. Incluem-se aí, por exemplo, soluções de seguros para mitigar os impactos dos desastres naturais ou a oferta de proteção aos trabalhadores de aplicativos.

A proposta para ampliar o acesso à Saúde Suplementar, por meio de um novo marco regulatório que flexibilize o modelo de negócio, é outra medida relevante, assim como a adesão automática do trabalhador a planos de previdência nas empresas que oferecem o benefício a seu quadro funcional.

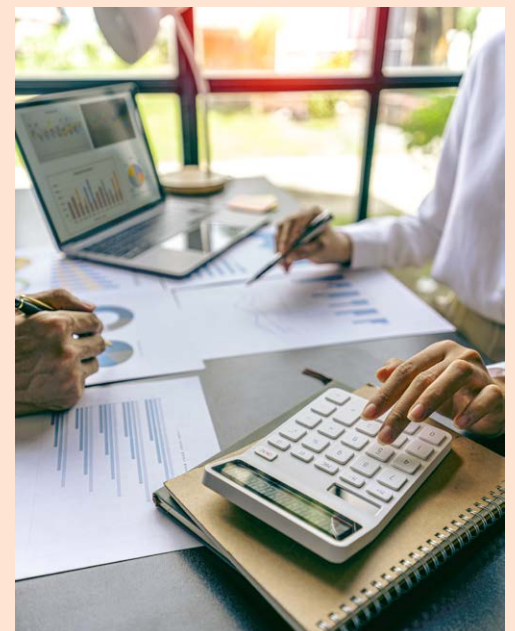
Acrescente-se à lista o combate à atividade ilegal das Associações de Proteção Veicular (APVs), além da participação do setor privado no Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados no Brasil.

Dyogo Oliveira destaca números que demonstram a importância do seguro para ampliar a segurança e a proteção de todos os pares da sociedade. Em 2022, o setor pagou R\$ 452,1 bilhões em indenizações, alta de mais de 14% em relação a 2021. Para fins de comparação, esse montante representou 7,3 vezes o orçamento anual do Bolsa Família.

Só no seguro Rural foram indenizados R\$ 10,5 bilhões, crescimento de 47% em relação ao do ano anterior. Na Saúde Suplementar, mais de R\$ 232

bilhões para o fornecimento de serviços à população, o que representa 149% do orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, esses números dão uma ideia de como o setor está apto a cuidar da proteção e do bem-estar da sociedade.

Agenda: uso de reservas previdenciárias como garantia de empréstimos é um dos tópicos incorporados ao pacote pró-crédito lançado pelo Governo.



○ mercado segurador consolidado do País (todos os ramos de seguros, incluindo os de benefícios, além de títulos de capitalização) planeja uma colocação mais proeminente no ranking global da atividade até 2030. A meta é fazer parte das economias nas quais o mercado de

PDMS: com 65 iniciativas divididas em quatro eixos de atuação, o Plano identifica dificuldades e aponta soluções para os segmentos do mercado.



seguros responde por dois dígitos do Produto Interno Bruto (PIB).

Considerando-se 65 premissas para a expansão, o mercado segurador representará o equivalente a 10% do PIB brasileiro em termos de receita a partir de 2030. Será um salto significativo, tendo em vista que hoje responde por 6,5%. Para praticamente dobrar a receita, o mercado precisará elevar em 20% a população atendida, prevendo também um pulo nas indenizações pagas, dos atuais 4,6% para 6,5% do PIB.

Lançado oficialmente em março, em cerimônia realizada em São Paulo, o Plano de Desenvolvimento do Mercado Segurador reúne iniciativas de crescimento da CNseg, FenSeg, FenaPrevi, FenaSaúde, FenaCap e Fenacor, além de empresas do mercado.

Tendo o consumidor no centro de sua estratégia, o PDMS reúne 65 iniciativas, divididas em quatro eixos de atuação, para obter velocidade de cruzeiro em meio a variáveis que estão fora do controle do mercado, como os fatores macroeconômicos.

“O Plano foi criado a partir da percepção de que o mercado de seguros pode gerar mais reservas para a poupança nacional e direcionar mais recursos para projetos nacionais importantes, ao apoiar iniciativas públicas e privadas. Assumimos riscos das mais diversas atividades econômicas e oferecemos proteção aos indivíduos e às empresas”, assinala o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

O Plano identifica dificuldades para a expansão e aponta soluções específicas ou genéricas para os quatro segmentos do mercado. Quatro pilares — Imagem do Seguro, Distribuição de Seguros, Produtos e Eficiência Regulatória — buscam solucionar desafios que vão do pouco conhecimento das pessoas sobre a proteção abrangente das garantias e custos regulatórios que encarecem os produtos

até dificuldades de ampliar a demanda entre as camadas mais pobres, seja por causa da renda, seja por ausência de produtos adequados.

Entre as saídas, destacam-se: promover visibilidade crescente à atividade, desmitificar a ideia de que o seguro é caro, desburocratizar ao máximo as operações de seguros e buscar a simplificação da linguagem técnica da atividade para ser mais bem entendido pelo conjunto da sociedade.

Do Plano consta também ratificar o protagonismo do mercado segurador na questão ASG, mostrando o compromisso setorial com a agenda ambiental, social e de governança. Figurando entre os maiores investidores institucionais do País, o mercado segurador pode orientar o crescimento sustentável a partir de seleção dos investimentos que formam suas reservas técnicas. Ao mesmo tempo, via subscrição de riscos, é capaz de onerar atividades poluidoras ou, no extremo, desistir do negócio, já que as companhias são aderentes a iniciativas de descarbonização.

Cada segmento deverá dar seu quinhão de esforço na meta de alcançar mais de 10% do PIB. Imaginando-se que todas as variáveis listadas no PDMS avancem positivamente — incluindo-se expansão do PIB, comportamento civilizado da inflação e dos juros e reformas estruturantes —, os seguros de Pessoas (acumulação e riscos) alcançariam 4,1% do PIB de 2030, os Seguros Gerais, 2,1%, o segmento de Capitalização, 0,5%, e Saúde Suplementar, 3,4%.

Alcançada a meta, o mercado segurador será um ator ainda mais ativo no suporte ao desenvolvimento econômico, ao gerar mais poupança doméstica, ampliar a segurança das pessoas e dar maior estabilidade aos negócios, além de se tornar um contribuinte de impostos ainda mais relevante para subsidiar políticas públicas.

CNSEG AMPLIA AÇÕES INSTITUCIONAIS EM PROL DA AGENDA DA DIVERSIDADE

Guia da CNseg destaca importância de adoção de nome social pelas companhias de seguros. Ação cumpre capítulo da agenda de Diversidade e Inclusão liderada pela entidade no plano institucional.

Mais duas iniciativas da CNseg reforçam seu compromisso institucional com a agenda da diversidade, equidade e inclusão: um guia que destaca a importância da adoção do nome social pelas seguradoras e a conversão do Grupo de Trabalho de Diversidade e Inclusão da CNseg, criado em 2017, em Comissão Temática.

As ações são implementadas justamente no mês do Orgulho LGBTQIAP+, comemorado em junho, e ampliam o leque de iniciativas institucionais em prol da pauta da diversidade, como a criação do Dia da Diversidade e Inclusão no Setor de Seguros, a partir de 2019, ou a “Cartilha de Boas Práticas para a Diversidade no Mercado Segurador”, de 2017.

O ponto alto das celebrações do Orgulho LGBTQIAP+, comemorado em todo o mundo, é o dia 28 de junho, data de um confronto violento ocorrido entre policiais e manifestantes nos Estados Unidos, em 1969, em defesa do clube gay Stonewall Inn, aberto em 1967, em Nova Iorque. As celebrações mundiais desse dia buscam conscientizar a população sobre a importância do combate à homofobia.

Em seu Guia, a CNseg destaca que a “discriminação, a violência e a exclusão ainda são realidades enfrentadas por muitas pessoas por conta de sua identidade de gênero”. Dessa forma, entende que o uso do nome social, “para se referir a pessoas travestis e transexuais, respeitando suas autodeterminações”, configura a garantia de um direito para grupos da sociedade que historicamente sofrem violações e preconceitos.

Nesse contexto, ainda segundo o Guia da CNseg, o uso do nome social pelas empresas e a criação de um ambiente inclusivo contribuem para a construção de uma sociedade mais igualitária e livre de preconceitos, além de fomentar a diversidade. “A adoção do nome social refina o nosso compromisso de proporcionar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos no mercado segurador”, afirma o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

“Temos visto o amadurecimento do setor em relação aos temas da pauta de Diversidade e Inclusão. As empresas têm buscado, a cada dia, novos meios de acolher e incluir colaboradores e clientes, mantendo um olhar atento e permanente às mudanças da sociedade. A adoção do nome social faz parte disso. Adotar o nome

“A adoção do nome social refina o nosso compromisso de proporcionar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos no mercado segurador.”

Dyogo Oliveira, CNseg

social, portanto, é uma atitude de respeito e de reconhecimento da diversidade do indivíduo, é assegurar o direito à individualidade do ser humano”, acrescenta Ana Paula de Almeida Santos, diretora de Sustentabilidade e Relações de Consumo da Confederação.



“Adotar o nome social, portanto, é uma atitude de respeito e de reconhecimento à diversidade do indivíduo, é assegurar o direito à individualidade do ser humano.”

Ana Paula Almeida Santos, CNseg

O Guia da CNseg conta com dez tópicos que destacam informações e conceitos relevantes sobre o tema, incluindo um glossário. Com isso, as empresas do mercado segurador podem criar ou refinar políticas internas para promover a inclusão do nome social.

“As empresas que miram em credibilidade e perenidade devem estar também comprometidas em gerar valor nos relacionamentos estabelecidos, abrangendo sustentabilidade, diversidade e inclusão.”

Angélica Carlini, ENS-SP

Entre outros assuntos, o Guia explica como a adoção do nome social contribui para minorar constrangimentos e situações desconfortáveis; detalha as diferenças entre expressão e identidade de gênero; revisita a legislação que trata do uso do nome social na esfera pública; fala a respeito

de como solicitar a inclusão do nome social nos contratos e define estratégias para promover a inclusão do nome social no mercado segurador.

“Obviamente, essas adaptações são complexas e exigem investimentos. Não temos, portanto, como prever o tempo necessário para fazer os ajustes operacionais”, informa Ana Paula.

● ● ● VALOR NOS RELACIONAMENTOS

A advogada Angélica Carlini, coordenadora Educacional na Escola de Negócios e Seguros (ENS) em São Paulo, assinala que o nome social reflete a compreensão de que, no novo cenário empresarial, a credibilidade das empresas não pode mais ser medida apenas pelos resultados econômicos, pela marca forte e bem gerenciada e por produtos de qualidade que gerem confiança nos consumidores.

“A rigor, as empresas que miram em credibilidade e perenidade devem estar também comprometidas em gerar valor nos relacionamentos estabelecidos, abrangendo sustentabilidade, diversidade e inclusão, bem como uma governança transparente e confiável. Nessa toada, está incluída a adoção do nome social, uma livre manifestação da personalidade, e um elemento essencial para a criação de valor para a própria empresa e para todos os stakeholders com os quais ela se relaciona”, acrescenta Carlini.

Para Dyogo Oliveira, as iniciativas institucionais da CNseg amplificam o alcance das questões de diversidade, equidade e inclusão no mercado segurador e, ao mesmo tempo, trazem benefícios múltiplos para o setor, como impulsionar inovações de produtos e fortalecer relações pessoais e corporativas.

A transformação do GT de Diversidade, Equidade e Inclusão em uma Comissão Temática da CNseg, a partir de junho, é outro ponto a favor da difusão dessa agenda no setor segurador. O GT de Diversidade, criado em 2017 pela Comissão de Sustentabilidade e Inovação, tem um histórico de propostas inovadoras e, com o status de Comissão Temática, estabelece, de forma permanente, um fórum de debates sobre esses temas.

ENSINO FORMAL É ESPINHA DORSAL PARA EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

ONU diz que, se todos os adultos concluíssem o ensino médio até 2030, cerca de 420 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza e haveria alta no PIB de países em desenvolvimento

Gargalos na educação formal de qualidade podem afetar o desempenho futuro de vários mercados, incluindo o de seguros. Isso porque as pessoas mais bem escolarizadas têm maior capacidade de identificar riscos e de escolher coberturas de seguros adequadas para mitigá-los, além de ter renda para ampliar o patrimônio a ser protegido ao longo da vida laboral.

Dados da ONU destacam que, se todos os adultos concluíssem o ensino médio até 2030, cerca de 420 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza no mundo, e o PIB dos países em desenvolvimento avançaria 10% na próxima década. O dado acende luzes sobre o andamento do Plano Nacional de Educação (PNE), um ponto de atenção a ser monitorado, já que a maioria das metas estabelecidas no programa decenal – com vigência até 2024 – será descumprida, trazendo prejuízos a gerações futuras de consumidores em conhecimento, renda e oportunidades de empregos.

“Além de ser fundamental na geração de renda e na própria demanda qualificada por seguro, a educação é, em larga medida, observável

“Além de ser fundamental na geração de renda e na demanda qualificada por seguro, a educação é, em larga medida, observável por meio de indicadores de escolaridade e de proficiência.”

Marcelo Neri, FGV Social/CPS

por meio de indicadores de escolaridade e de proficiência (aprendizado). Logo, o cumprimento das metas de educação é fundamental para o futuro do País e da indústria de seguros”, assinala o economista Marcelo Neri, diretor do

FGV Social e fundador do Centro de Políticas Sociais (FGV Social/CPS).

O relatório mais recente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indica que várias das metas do PNE, incluindo a de elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para 12 anos de estudo e aumentar a taxa de matrícula na educação superior, não serão atingidas até 2024.

No caso do aumento da escolaridade, o Inep constata que “os indicadores apresentaram tendência de crescimento entre 2012 e 2021, mas em ritmo lento, o que deve impossibilitar o alcance dos objetivos até 2024”. Em 2021, pouco mais de 40 milhões de jovens entre 18 e 29 anos não tinham ensino médio completo. A escolaridade média de negros era de 11,3 anos e a de não negros, de 12,4 anos. A meta era zerar a desigualdade.

Também faz água a meta nº 12, a de elevar a Taxa Bruta de Matrícula (TBM) na educação superior para 50%, e a Taxa Líquida de Escolarização (TLE) para 33% da população de 18 a 24 anos, com expansão mínima de 40% das novas matrículas no segmento público.

O Inep reporta que todos esses indicadores permanecem abaixo do planejado. A TBM atingiu 37,4% em 2021, enquanto a meta para 2024 é de 50%. “A TLE ficou em 25,5% no mesmo período. A participação do segmento público

Segundo o Inep, os indicadores apresentaram **tendência de crescimento entre 2012 e 2021**, mas em ritmo lento, o que deve **impossibilitar o alcance dos objetivos até 2024**.

Relatório do Inep

na expansão de matrículas de graduação foi de 3,6% entre 2012 e 2020, muito distante dos 40% estipulados”, relata o Inep.

Sobre triplicar as matrículas de educação profissional técnica (meta nº II) de nível médio, o Inep reconhece que a meta está comprometida ao subir apenas 15,5% entre 2013 e 2021. Para cumpri-la até 2024, seria necessário um crescimento de 200%, totalizando 3,2 milhões de matrículas.



META CUMPRIDA

Enquanto isso, a meta de elevar a qualidade da educação superior e de ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente foi cumprida. Segundo o Inep, o objetivo de atingir 75% dos docentes com mestrado ou doutorado foi alcançado em 2015 e chegou a 83,8% em 2020. No mesmo ano, o número de doutores chegou a 48,9% (a meta era de, no mínimo, 35%).

As razões de as metas do PNE não serem alcançadas devem ser alvo de intenso debate nos próximos meses, já que a vigência do segundo



plano (Lei 13.005, de 2014) finda em junho do próximo ano. Em razão disso, um projeto de lei que trata do próximo PNE deverá ser enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional ainda neste ano.

A essa altura, considerando as projeções do atual PNE, os investimentos em educação pública já deveriam ter alcançado o mínimo de 7% do PIB do País — meta para o quinto ano de sua vigência — e estar a caminho de 10% no final do decênio (2024). A realidade é outra: o percentual foi de 5% em 2019 e de 5,1% em 2021. Os governos municipais tiveram maior participação no total de gastos públicos, constata o Inep.

Especialistas destacam que o atual PNE foi muito prejudicado por cortes orçamentários e pela pandemia da Covid-19 nos últimos três anos, exigindo que metas das duas últimas edições do plano decenal sejam repetidas.



AGENDA ESTRATÉGICA

Responsável por presidir a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na

Pandemia, o senador Flávio Arns entregou um relatório ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, com 30 recomendações para a recuperação dos sistemas de ensino e formulação de uma agenda estratégica para os próximos anos, informa a Agência Senado.

A principal é a de que o novo Plano Nacional de Educação deva ser posicionado como elemento central do planejamento das políticas educacionais nos próximos anos. O relatório, fruto de 15 meses de trabalho, constata a evolução insatisfatória do atual PNE, já que o nível de sua execução não passa de 40%, na média.

Tendo em vista algumas de suas principais ambições (erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar e superação das desigualdades educacionais), o senador propõe regras de responsabilidade educacional, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, para nortear a atuação dos gestores públicos na área da educação.

A seu ver, os gestores precisam enxergar o PNE como uma lei com metas impositivas a todos, sob pena de consequências jurídicas aos responsáveis pela sua execução. Aliás, essa proposta consta de



seu projeto de lei (PL 88/2023) que, entre outras ações, prevê que descumprimento das metas do PNE poderá ser considerado crime de improbidade administrativa, resultando em punições até de prefeitos e governadores.

Em meio aos debates que antecedem o novo PNE, o Governo Federal decidiu suspender, em abril, a vigência do novo ensino médio, modelo escolar criado pela Lei 13.415 de 2017. Reconheceu falhas em suas propostas de ofertar ensino de qualidade, em ambiente propício aos estudos e reduzir o abandono escolar.

JANELA DE OPORTUNIDADE

O economista Marcelo Neri vê uma janela de oportunidade nesse rearranjo a caminho da reforma do ensino médio. “O maior experimento aleatório já realizado sobre educação financeira foi implementado no Brasil. Há muitas lições a serem incorporadas nos programas de ensino. Por exemplo: os deveres de casa dos alunos de nível médio realizados com os pais aumentam a cidadania financeira de todos. Deve-se aproveitar essa parada da reforma para incorporar conteú-

Descumprimento das metas do PNE poderá ser considerado crime de improbidade administrativa, resultando em punições até de prefeitos e governadores.

PL 88/2023

dos que tratam da vida profissional e de aspectos da vida privada dos estudantes, incluindo aí educação em finanças/seguros”, diz Neri.

Algumas propostas para vencer a alta taxa de evasão escolar no ensino médio chamam atenção e tentam, dessa forma, abrir as portas das uni-

versidades aos estudantes. Uma das mais promissoras é a que prevê o financiamento estudantil.

Não é tarefa fácil, contudo, olhando os números do Inep – 5,5% dos alunos do ensino médio da rede estadual abandonaram a escola em 2019, invertendo a trajetória de queda registrada desde 2010 – ou do Mapa do Ensino Superior – o Brasil registrou queda de 6% das matrículas de estudantes provenientes de escolas públicas, em 2020.

O paper “Incentivos financeiros a estudantes do ensino médio: o que sabemos sobre essa política?”, de Livia Haddad e de Vladimir Ponczek, estudante de graduação em Economia e professor associado na Escola de Economia de São Paulo da FGV, respectivamente, e de Cristine Pinto, professora titular do Insper, traz recomendações sobre esses programas, que não devem ser vistos como ‘bala de prata’ para os problemas da educação, mas não deixam de ser uma contribuição significativa. Segundo eles, o programa deve ter metas claras, foco e garantia de que seus objetivos serão alcançados. Não há resposta pronta, mas não há dúvida de que a educação formal de qualidade é o passaporte para haver seguros para tudo e para todos.

INOVAÇÃO PODE LEVAR O MERCADO A OUTRO PATAMAR

A Fenacor pretende unir forças com a ENS, o Ibracor e com outros players interessados em viabilizar e garantir a atuação da categoria no Open Insurance

O mercado de seguros tem imensa relevância social e econômica para o Brasil. Figura entre os maiores investidores institucionais do País, com reservas de cerca de R\$ 1,5 trilhão, e está presente 24 horas por dia no cotidiano de pessoas, empresas e nos projetos governamentais, oferecendo garantias e proteções necessárias aos investimentos, à conclusão das grandes obras e ao amparo à saúde e à vida da população, além de formar poupança para assegurar um futuro mais tranquilo para as famílias.

Protagonistas desse processo, as 58 mil empresas corretoras de seguros e os 73 mil corretores de seguros pessoas físicas em atividade no Brasil atuam como assessores, consultores, conselheiros e orientadores dos clientes, dos quais conhecem todas as demandas. E ainda ajudam a conscientizar a população sobre a necessidade de estar protegida por apólices de seguro.

Mas, mesmo com tantos números expressivos, o setor ainda enfrenta um grande desafio: atender a todas as camadas da população, especialmente as de menor poder aquisitivo, em todos os recantos do País de dimensão continental. Historicamente, o mercado vem buscando superar essa barreira, mas sem obter sucesso até agora. Sobretudo, faltam produtos adequados. Há, contudo, a convicção de que a inovação está, progressivamente, mudando esse quadro, abrindo novas portas para que o mercado de seguros possa, enfim, cumprir sua missão.



(*) Presidente da Fenacor

A Fenacor está atenta a esse processo e trata a questão como prioridade. Nesse aspecto, analisa o *Open Insurance* como um instrumento que pode ser indispensável e valioso, especialmente agora que foi assegurada a participação do corretor de seguros, após o CNSP substituir a figura das Sociedades Iniciadoras de Serviço de Seguro (SISS) pelas Sociedades Processadoras de Ordem do Cliente (SPOC).

Como há uma série de requisitos para que o corretor de seguros atue como SPOC, incluindo patrimônio mínimo, capacidade tecnológica e rigoroso processo de credenciamento na Susep, a Fenacor pretende unir forças com a ENS, o Ibracor e com outros players interessados em viabilizar e garantir a atuação da categoria no *Open Insurance*. Surgirá, então, o OpenCor Brasil, que é a primeira SPOC do mercado brasileiro.

O OpenCor Brasil, que vai credenciar os corretores de seguros que desejarem atuar no *Open Insurance*, integra os serviços disponibilizados pela Infraestrutura Brasileira de Proteção a Riscos – IPR Brasil, lançada pela Fenacor, pela ENS e pelo Ibracor, com o objetivo de oferecer soluções, ferramentas e plataformas tecnológicas para que a categoria esteja preparada para as novas exigências do mercado.

Com essa estrutura, que complementa o Plano Nacional de Desenvolvimento do Mercado Segurador (PMDS) – iniciativa da CNseg em conjunto com as mais importantes instituições do mercado, incluindo a Fenacor –, o corretor estará apto e capacitado para acompanhar o ciclo de vida dos contratos, da assinatura ao pagamento da indenização.

Dessa forma, poderemos conduzir a indústria do seguro a outro patamar, mais próximo da realidade mundial.

EL NIÑO ENTRA NO RADAR DA GESTÃO DE RISCOS DO SEGURO RURAL

As indenizações pagas pelas seguradoras superaram, pela primeira vez, a casa dos R\$ 10 bilhões no ramo de seguros Rurais, no ano passado

Novas variáveis começam a ser consideradas na equação de riscos das seguradoras que operam no ramo de seguros rurais. Uma, mais imediata, é a tentativa de quantificar os efeitos temporários na carteira, com a chegada ao País do El Niño a partir do segundo semestre deste ano. A outra, mais duradoura, é conferir os impactos de temperaturas médias mais altas em regiões produtoras, e a ameaça velada que isso representa no mapa do agronegócio brasileiro.

Diferentes biomas já convivem com temperaturas médias maiores em 1,5°C e 2°C nos últimos anos no País, o que ameaça reduzir a produtividade das lavouras e, no extremo (a caminho de 4°C), tornar inviáveis algumas culturas, segundo afirma o climatologista Carlos Nobre.

Uma alta da temperatura média na faixa de 1,5°C pode tornar inviável o plantio de aipim no Nordeste. Na casa de 2°C, a produtividade do milho terá uma queda significativa. O café é outro bom exemplo dos impactos dos extremos climáticos — vítima de pesadas perdas causadas por geadas em décadas passadas, sobretudo no Paraná,

a cultura foi se adaptando, migrando para regiões serranas de Minas Gerais e do Espírito Santo, propícias à produção da variedade arábica.

O presidente da Comissão de Seguros Rurais da FenSeg, Joaquim Francisco Rodrigues Cesar Neto, reconhece “a complexidade da gestão de riscos é maior à medida que os eventos climáticos extremos avançam no País e geram danos de grandes proporções.”

Nos últimos três anos, por exemplo, os estados do Sul, sobretudo o Rio Grande do Sul e o Paraná, afetados por secas severas, tiveram perdas elevadas em suas safras, puxando a sinistralidade do seguro rural para cima. A continuidade dos prejuízos por seguidos exercícios é atribuída ao prolongado fenômeno da La Niña, presente no período.

Em 2022, pela primeira vez, as indenizações pagas pelas seguradoras superaram a casa dos R\$ 10 bilhões no ramo de seguros rurais. O valor representou mais de cinco vezes as perdas registradas na carteira em 2018, que foram de R\$ 1,95 bilhão.

Esse comportamento mudou o apetite por riscos das resseguradoras globais atuantes no País,

“A complexidade da gestão de riscos é maior à medida que os eventos climáticos extremos avançam no País e geram danos de grandes proporções.”

Joaquim Neto, FenSeg

encarecendo os valores dos planos para riscos rurais e também obrigando as seguradoras a adotar uma política mais criteriosa de seleção de riscos.

Entre as estratégias comuns do mercado, está evitar concentrar riscos numa só região, preferindo a dispersão da safra segurada em diferentes bio-

mas, até para facilitar a proteção de resseguros com preços competitivos. Ainda fazem parte do rol: não apostar tanto no jogo de ‘perde e ganha’ entre as safras de inverno e verão, como era comum antes, porque a volatilidade climática pode surpreender negativamente; entender o mercado *hard* do seguro rural como temporário; tentar operações de cosseguro, onde for possível, ainda que estejam estagnadas no momento; promover treinamento contínuo da mão de obra para uso assertivo de tecnologias variadas antes da subscrição de riscos e na liquidação de sinistros (Zoneamento Agrícola de Risco Climático — Zarc), uso de mapas de satélites para avaliar safras e agilizar sinistros, incluindo uso de drones e envio de peritos, uso de variedades mais resistentes a extremos climáticos etc.

Feito o dever de casa, é cruzar os dedos para que, após poucos meses de neutralidade climática, o El Niño, que já começa a produzir efeitos em países da América Latina e deve ganhar escala no Brasil a partir de setembro, provoque baixo desvio na sinistralidade média.

Especialistas projetam uma troca do CEP dos impactos climáticos mais severos. Em outras palavras, a seca que persistiu no Sul e no Sudeste deve seguir para o Norte e o Nordeste do Brasil. Já as chuvas intensas e volumosas devem se concentrar no Sul e no Sudeste. O Centro-Oeste ainda é uma incógnita em termos climáticos.

A última passagem do El Niño no País, entre 2015 e 2016, gerou perdas onerosas para o Norte e o Nordeste. Na Região Amazônica, houve um salto das queimadas e incêndios florestais como resultado de temperaturas médias e chuvas mais escassas do que o normal. A agricultura, sobretudo as culturas de arroz e milho, foi duramente afetada, assim como a navegação e o abastecimento de água para a população.

No Nordeste, além da agricultura e da pecuária seriamente afetadas, a falta de chuvas gerou racionamento de água em muitas cidades — algumas ficaram completamente sem abastecimento.

A conta que bateu à porta das seguradoras na época foi salgada e inesperada. Em 2015, foram R\$ 920 milhões e, em 2016, R\$ 1,5 bilhão, com destaque para a Região Nordeste, a mais afetada por seca e falta de chuvas e, em consequência, por danos à agricultura e à pecuária.



“As mudanças climáticas que elevam a temperatura entre 1,5°C e 2°C já geram impactos na pecuária e na agricultura, provocando, sobretudo, queda na produtividade. Mas o cenário extremo de aquecimento global sem controle nas próximas décadas, algo como alta de 4°C até o final do século, tornaria toda a Amazônia e o Cerrado inapropriados para a agricultura. Na verdade, todos os países tropicais perderiam sua capacidade agrícola”, relata Carlos Nobre.

A volatilidade climática representa um desafio para a estabilidade dos negócios da carteira do seguro rural. Não dá para antever os danos potenciais do El Niño, porque esse fenômeno é único em cada edição, dizem especialistas. Pode ter baixo, médio ou alto impacto, porque é combinado a outros fatores, incluindo-se aí o efeito estufa e a atividade vulcânica.

“As mudanças climáticas que elevam a temperatura entre 1,5°C e 2°C já geram impactos na pecuária e na agricultura, provocando, sobretudo, queda na produtividade.”

Carlos Nobre, climatologista

CRISE CLIMÁTICA TEM AUMENTADO INCIDÊNCIA DE RAIOS NO PAÍS

Número de descargas elétricas cresce, em virtude dos fenômenos naturais e do aquecimento global, e gera impactos nas indenizações dos seguros patrimoniais

Diz o ditado que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Mas, no Brasil, isso é questionável. O País é campeão mundial na incidência desse tipo de descarga elétrica: foram 70 milhões de raios por ano, em média, na última década, segundo um levantamento feito pelo Grupo de Eletricidade Atmosférica (Elat) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). E esse número vem aumentando em razão não só de fenômenos naturais, mas também do aquecimento global.

A estimativa do Instituto é que a quantidade de raios no Brasil cresça de 3% a 5% por década até o final deste século. Isso significa que, em 2100, a previsão é que haja aumento de 20% a 40% na incidência de descargas elétricas, podendo chegar a 50% em algumas regiões do País. Os dados são hipóteses baseadas em modelos de cálculos, porque, no meio do caminho, pode haver variações bruscas por influência de fenômenos que causem alterações no clima.

Nos últimos três anos, por exemplo, o Brasil teve sob os efeitos da La Niña, que são condições

atmosféricas caracterizadas pelo resfriamento da temperatura das águas do Oceano Pacífico, gerando consequências climáticas.

Na Região Norte, houve aumento na formação de tempestades e raios no período, enquanto no Sul, houve diminuição da quantidade de chuvas torrenciais. Como a Região Norte é a mais extensa, cresceu também o número de descargas elétricas no País — só em 2020, o Brasil teve cem milhões de ocorrências de raios, de acordo com o Inpe.

Em 2023, haverá uma inversão, segundo Osmar Pinto Júnior, pesquisador e coordenador do Elat, do Inpe, porque o País estará sob o fenômeno El Niño, quando as águas do Pacífico ficam mais quentes que a média. Com isso, devemos ter mais raios na Região Sul e menos na Norte.

“Como o Sul tem uma extensão menor que o Norte, provavelmente haverá uma redução nas ocorrências de raios no Brasil. Independentemente disso, tudo indica que a crise climática tem resultado na formação de mais descargas elétricas, mas essa variação é lenta de um ano para outro e fica mais sensível se observada por décadas”, completa.

“Tudo indica que a crise climática tem resultado na formação de mais descargas elétricas, mas essa variação é lenta de um ano para outro e fica mais sensível se observada por décadas.”

Osmar Pinto Júnior, Elat/Inpe

● ● ● CONSEQUÊNCIAS

Um dos maiores especialistas no tema no Brasil, Pinto Júnior aponta as consequências desse recorde: a morte de pessoas atingidas por raios (que está em queda em razão da internet,



A garantia de danos elétricos é a mais acionada nos seguros patrimoniais e chega a 35% do total de ocorrências no ano. Entre o primeiro trimestre de 2020 e o de 2023, os sinistros cresceram 63%.”

Jarbas Medeiros, FenSeg

que ajuda na conscientização dos riscos) e a migração crescente da população do campo para os grandes centros urbanos, que são mais seguros nesse quesito.

No início dos anos 2000, havia 130 mortes anuais por raios, em média, hoje são cerca de 80 mortes/ano. Com relação aos animais, a quantidade é maior. Estima-se que aproximadamente 300 cabeças de gado morram por ano devido a descargas elétricas vindas do céu.

O número impressiona quando se fala em prejuízos financeiros provocados pela queda de raios: US\$ 1 bilhão por ano no Brasil pelos cálculos do Inpe. Os setores mais atingidos são o elétrico, o de telecomunicações e a indústria em geral, diz Pinto Júnior. Intensas descargas elétricas podem provocar a queima de redes de transmissão e distribuição de energia, além de equipamentos e maquinários e, em último caso, incêndios causados por curtos-circuitos.

Esses impactos têm se refletido no setor de seguros. Segundo o presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Massificados da FenSeg, Jarbas Medeiros, aumentou o acionamento de

sinistros causados por danos elétricos nos últimos anos. A cobertura está dentro dos chamados seguros patrimoniais, que englobam, por exemplo, residências, empresas e condomínios – este último, obrigatório.

“A garantia de danos elétricos é a mais acionada nos seguros patrimoniais e chega a 35% do total das indenizações. Entre o primeiro trimestre de 2020 e o de 2023, os sinistros cresceram 63%, segundo dados de mercado consolidados pela FenSeg”, informa.

Medeiros afirma que não só a quantidade de sinistro aumentou, mas também os valores indenizatórios. Um dos motivos é que os equipamentos eletroeletrônicos, geralmente importados, estão mais caros e sofisticados, além de mais sensíveis a variações de tensão na corrente elétrica.

As seguradoras podem cobrir a compra de novos equipamentos, em caso de perda total, e dar assistência elétrica, se houver possibilidade de conserto. Há também a possibilidade de as seguradoras serem ressarcidas pelas concessionárias de energia, quando elas tiverem responsabilidade pelo dano.

● ● ● INDENIZAÇÕES

As Regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste (principalmente o interior de São Paulo e de Minas Gerais) são as que mais demandam sinistros por danos elétricos, diz Medeiros. Embora historicamente a Região Norte registre o maior número de ocorrências de raios por ano, por outro lado é a que menos demanda indenizações.

“A maior incidência de raios ocorre na Floresta Amazônica, onde quase não há residências. Além disso, o Norte tem o menor índice de contratação de seguro residencial. Há uma questão cultural que precisa ser superada”, avalia Medeiros.

Os seguros residencial e empresarial ainda têm baixa penetração no País: apenas 17% das empresas e residências contam com esse tipo de proteção. “A maior parte está desprotegida. Com o volume de raios que cai no País todos os anos, os prejuízos devem ser imensos para grande parcela da população e dos negócios”, conclui.

POLUIÇÃO DO MAR É DESAFIO CRESCENTE PARA O BRASIL

País lança no ambiente marinho quase 3,5 milhões de toneladas de plástico e isopor por ano; setor de seguros pode ajudar a minorar o problema, apontam biólogos e a ONU

Embora esta seja a Década do Oceano (2021-30), conforme declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), o ambiente marinho continua fortemente pressionado em todo o mundo por diversos agentes poluentes, em particular o material plástico. O acumulado de lixo plástico nos oceanos gira hoje entre 86 milhões e 150 milhões de toneladas, segundo estimativas. De acordo com um estudo do projeto Blue Keepers, realizado pelo Pacto Global da ONU no Brasil, o País sozinho lança potencialmente no ambiente 3,44 milhões de toneladas de material plástico e isopor a cada ano, entre sacolas plásticas, garrafas PET e outros produtos.

Para tentar mitigar o problema, as Nações Unidas aprovaram, no início de março, o Tratado do Alto-Mar, primeiro acordo internacional para preservação das águas oceânicas situadas fora das Zonas Econômicas Exclusivas dos países – aquelas limitadas a 200 milhas náuticas

a partir da costa. O tratado visa proteger a biodiversidade e os ecossistemas marinhos, em especial contra os efeitos das mudanças climáticas. O texto prevê, entre outras medidas, a criação de um mecanismo de financiamento para ajudar os países em desenvolvimento a implementar o acordo.

No início do ano passado, a ONU já havia lançado o documento “Diving Deep: Finance, Ocean Pollution and Coastal Resilience” (Mergulhando Fundo: Finanças, Poluição Oceânica e Resiliência Costeira), exortando instituições bancárias, companhias de seguros e investidores a participar do financiamento de programas de proteção aos oceanos.

“Bancos, seguradoras e investidores têm um papel fundamental a desempenhar no financiamento da transição para uma economia azul sustentável, ajudando a reconstruir a prosperidade oceânica e a restaurar a biodiversidade do oceano”, afirma o documento, que

“Bancos, seguradoras e investidores têm um papel fundamental a desempenhar no financiamento da transição para uma economia azul sustentável.”

Documento da ONU



acrescenta: “Por meio de suas atividades de empréstimo, subscrição e investimento, bem como de seus relacionamentos com clientes, as instituições financeiras têm um grande impacto na saúde dos oceanos e o poder de acelerar e integrar a transição sustentável das indústrias ligadas ao oceano.”

Na definição da ONU, uma economia azul sustentável é “aquela que proporciona benefícios sociais e econômicos para as gerações atuais e futuras; restaura, protege e mantém ecossistemas diversificados, produtivos e resilientes e é baseada em tecnologias limpas, energia renovável e fluxos circulares de materiais. Seu crescimento é impulsionado por investimentos que reduzem as emissões de carbono e a poluição, aumentam a eficiência energética, aproveitam o poder do capital natural e os benefícios que esses ecossistemas proporcionam, além de frear a perda de biodiversidade”.

● ● ● POLUIÇÃO DOS RIOS

No caso brasileiro, grande parte da poluição plástica chega ao mar proveniente do interior, conduzida pelos rios e seus afluentes. Em outro diagnóstico divulgado pela Blue Keepers, sete cidades sem praias marinhas – Manaus, Teresina, Brasília, Goiânia, Campo Grande, Belo Horizonte e Contagem (MG) – foram identificadas como as responsáveis pelas maiores quantidades de lixo plástico que chegam ao mar por via fluvial. O estudo indicou ainda a Baía de Guanabara, a cidade de Belém, a Lagoa dos Patos (RS) e as fozes dos rios Amazonas, São Francisco e da Prata (continuação do Paraná) como os locais com maior risco de vazamento de lixo plástico para o oceano.

“Os efeitos do lixo no mar são variados, duradouros e abrangentes. Há forte impacto na biodiversidade”, afirma Alexander Turra, bió-

“Quanto menor o tamanho dos resíduos, maior a gama de organismos capazes de ingeri-los. Já as redes de pesca degradam os recifes de corais e sufocam a biodiversidade.”

Alexander Turra, Unesco

“Muitos resíduos, principalmente de plásticos, vão sendo quebrados até atingirem os estuários e já chegam como microplásticos, sendo engolidos até por animais pequenos.”

Tânia Marcia Costa, Unesp



logo do Instituto Oceanográfico da USP e coordenador da cátedra Unesco para Sustentabilidade do Oceano. “A ingestão de plástico, por exemplo, pode ter efeito agudo, quando o animal morre, ou crônico, quando o faz não sentir fome. Quanto menor o tamanho dos resíduos, maior a gama de organismos capazes de ingeri-los. Já as redes de pesca degradam os recifes de coral e sufocam a biodiversidade.”

A bióloga Tânia Marcia Costa, do Instituto de Biociências da Unesp (campus do Litoral Paulista), lembra que os manguezais, muito frequentes nos estuários brasileiros, funcionam como grandes sequestradores de carbono da atmosfera e são fortemente impactados pela poluição.

“São áreas de grande acúmulo de sedimentos, o que propicia abundância de alimento para os animais e uma fauna muito diversificada, que acabam sendo afetadas pelo lixo que recebem. Muitos resíduos, principalmente de plásticos, vão sendo quebrados até atingirem os estuários e já chegam como microplásticos, sendo engolidos até por animais pequenos. O lixo acumulado nessas áreas pode impedir o desenvolvimento da vegetação e os animais de fazerem suas tocas”, diz Tânia.

Segundo Turra, o problema ambiental resulta também em graves problemas socioeconômicos – afetando atividades pesqueiras e turísticas, por exemplo – ou de saúde pública, pela ingestão de alimento de origem marinha

contaminado por resíduos plásticos. Ele conta que o Pontal do Paraná, próximo à Ilha do Mel, registra perda anual de US\$ 8,5 milhões por conta da fuga de turistas ocasionada pela poluição marinha.



PAPEL DO SEGURO

O pesquisador acredita que as companhias de seguros deveriam, como propõe a ONU, tomar a frente no processo de mitigação do problema. “As seguradoras têm um poder de indução tremendo. No caso do Pontal do Paraná, elas poderiam criar produtos para garantir as necessidades da economia local ou oferecer seguros para apetrechos de pesca. Os pescado-



res que rastreiam suas redes certamente pagariam menos”, exemplifica. “O setor segurador seria um grande aliado na qualificação de atividades para reduzir a poluição nos oceanos.”

Turra coordena a parte técnica do programa internacional Pellet Zero, que prevê o envolvimento de toda a cadeia produtiva mundial do plástico para reduzir a contaminação dos mares por esse material. Atualmente, o biólogo tenta estimular a participação da Organização Marítima Intergovernamental (órgão da ONU que trata da navegação) no programa. Os *pellets* são pequenos grânulos de resina usados para produzir diferentes tipos de plástico.

“Um dos grandes elementos estruturantes para mudanças nas embarcações são as seg-

radoras. Se uma carteira de *pellets* cair no mar, vai passar a exigir cuidados da empresa marítima para que isso não volte a acontecer.”

De acordo com a CNseg, as companhias de seguros avaliam com bastante interesse a participação em projetos voltados para a redução da poluição marinha. Segundo a entidade, o setor teria muito a ganhar, tanto em termos de oportunidades de negócios quanto de imagem, segundo a diretora da Superintendência de Sustentabilidade e Relações de Consumo da CNseg, Ana Paula Almeida Santos.

“O envolvimento das seguradoras nas questões ambientais tende a crescer e a estar alinhada com o processo de descarbonização da economia e a evolução da sociedade na busca

“O envolvimento das seguradoras nas questões ambientais tende a crescer e a estar alinhada com o processo de descarbonização da economia e a evolução da sociedade.”

Ana Paula Almeida Santos, CNseg

de um meio ambiente cada vez mais livre de poluentes”, afirma ela.

Para Tânia Marcia, o envolvimento da iniciativa privada para minorar os efeitos da poluição marinha seria fundamental. Ela defende investimentos em um trabalho de base, desde o saneamento básico até a educação da população, e entende que muita gente joga lixo nos rios porque não tem saneamento.

“Como explicar isso para quem mora em palafitas?”, questiona. “Na hora em que começamos a não receber mais serviços dos ecossistemas – como o oxigênio e os alimentos que vêm do oceano –, seremos obrigados a parar e a rever tudo. A atuação das empresas privadas nesse setor pode ser muito proveitosa, mas ainda engatinha no Brasil”, conclui.

CAMPANHA OBJETIVA PREVENIR E COMBATER FRAUDES NA SAÚDE

Iniciativa ocorre em momento crítico para o segmento, que acumulou um prejuízo operacional de R\$ 10,7 bilhões nos três primeiros trimestres do ano passado

Conscientizar os beneficiários de planos de saúde e toda a cadeia de saúde sobre os danos causados pelas fraudes. Esse é o objetivo da campanha Saúde Sem Fraude, lançada no dia 15 de março pela Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde).

O segmento enfrenta elevados prejuízos, principalmente, com as fraudes relacionadas a uso de dados pessoais de terceiros, empréstimo de carteira, fracionamento de recibo, informações falsas na contratação do plano, reembolso assistido ou auxiliado, reembolso sem desembolso, falso estado clínico e prática de golpes virtuais.

Por meio de materiais educativos como *hotsite* (www.saudesemfraude.com.br), cartilhas, *posts* em redes sociais e vídeos, a FenaSaúde chama atenção para práticas que podem passar despercebidas, mas são prejudiciais ao consumidor.

A campanha é lançada em um momento crítico para o segmento da saúde no País, que, nos três primeiros trimestres de 2022, acumulou um prejuízo operacional de R\$ 11 bilhões.

O mercado tem computado impacto de R\$ 28 bilhões por ano com fraudes e desperdícios para cobrir custos de procedimentos médicos desnecessários, desvios e irregularidades em contas hospitalares, conforme estimativa feita pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) em 2017. Esse cenário foi intensificado durante a pandemia.

Na visão da diretora-executiva da FenaSaúde, Vera Valente, as fraudes na saúde suplementar afetam a sustentabilidade do sistema de saúde, a previsibilidade de gastos por parte dos planos e têm efeito direto na assistência aos beneficiários, uma vez que as operadoras precisam estabelecer critérios cada vez mais rígidos para garantir a segurança do paciente.

“No final, todos pagam essa conta, pois as fraudes resultam em aumento do valor das mensalidades ano após ano, alguns em percentuais muito desfavoráveis e que podem levar algumas empresas a deixar de oferecer esse benefício para seus funcionários”, alerta.

Quanto às consequências, a diretora-executiva explica que existem sanções cíveis e criminais. Como podem envolver diferentes atores, elas variam conforme participação nas fraudes e nos tipos de crime.

“No final, todos pagam essa conta, pois as fraudes resultam em aumento do valor das mensalidades ano após ano, alguns em percentuais muito desfavoráveis.”

Vera Valente, FenaSaúde

As sanções podem ir desde o cancelamento do plano de saúde e demissão por justa causa, à prisão em casos comprovados, explica Vera Valente, advertindo que também há redes de fraudadores que se valem do próprio sistema de regulação, como nos casos em que são abertas reclamações na ANS, para forçar a operadora a pagar reembolsos irregulares.

O superintendente-executivo do IESS, José Cechin, lamenta que o País não tenha uma le-

● ● ●
IMPACTO NO MERCADO

“A Lei Anticorrupção protege o sistema público, mas é preciso algo similar em todos os setores das relações privadas, sobretudo na área da saúde, que trata de vidas humanas.”

José Cechin, IESS



gislação específica para tipificar a fraude nas relações privadas de negócios. “A Lei Anticorrupção protege o sistema público, mas é preciso algo similar em todos os setores das relações privadas, sobretudo na área da saúde, que trata de vidas humanas”, defende.

● ● ● AÇÕES PARA COIBIR

Após a criação de uma Gerência de Prevenção e Combate à Fraude, a FenaSaúde tem intensificado uma série de ações para coibir esse tipo de crime, começando pelo investimento em tecnologias para identificação de delitos, principalmente em inteligência artificial. Além disso, criou um grupo de trabalho para troca de experiências e compartilhamento de informações visando ao combate à fraude e promoveu diversas ações de comunicação para conscientizar o consumidor.

Na esfera jurídica, a FenaSaúde formalizou, no Ministério Público de São Paulo (MP-SP), uma notícia-crime para apurar fraudes contra operadoras associadas, em que foram apresentadas notas fiscais fraudulentas para pedidos de reembolso que atingiram aproximadamente R\$ 40 milhões. Além disso, houve apresentação de

outras duas notícias-crime que culminaram na abertura de nove inquéritos policiais.

A FenaSaúde promoveu um evento com representantes de laboratórios, médicos e hospitais, Ministério Público e Polícia Civil para debater o tema e avaliar o cenário das fraudes na Saúde Suplementar.

Também tem promovido fóruns com o objetivo de sugerir avanços na regulação e legislação do País, visando a punições mais severas para a prática de fraudes na saúde. Em uma live organizada no Dia do Consumidor, comemorado em 15 de março, foram informados os principais tipos de fraudes na saúde e as formas de os beneficiários se protegerem.

● ● ● DADOS DO IESS

Em pesquisa realizada em 2017, o IESS concluiu que as fraudes contra os planos de saúde geram um prejuízo anual de cerca de R\$ 28 bilhões. Segundo o superintendente-executivo José Cechin, a entidade tem feito um grande esforço para dimensionar e atualizar o quantitativo de fraudes para apresentar os resultados até o final deste ano. Além disso, criou uma plataforma de temas jurídicos ligados à saúde suplementar, o JurisHealth (www.jurishealth.com.br).

PRINCIPAIS TIPOS DE FRAUDES CONTRA OS PLANOS DE SAÚDE

- Uso de dados pessoais de terceiros
- Empréstimo de carteirinha
- Fracionamento de recibo
- Informações falsas na contratação do plano
- Reembolso assistido ou auxiliado
- Reembolso sem desembolso
- Reembolso de procedimentos não executados
- Falso estado clínico
- Golpes virtuais

SEGURO VIDA UNIVERSAL ESTREIA EM 2024 NO BRASIL

O produto Vida Universal aguarda regulamentação para desembarcar no País.

O seguro é o principal produto do mercado norte-americano.

P principal produto do mercado segurador dos Estados Unidos, o seguro de Vida Universal aguarda a regulamentação para finalmente fazer sua estreia no Brasil. Segundo Dennys Rosini, membro da Comissão de Produtos de Risco da FenaPrevi, as primeiras apólices deverão ser comercializadas em 2024. Já a publicação de circular da Susep regulamentando a matéria provavelmente ocorrerá ainda em 2023.

“Estamos ratificando entendimentos do aspecto tributário com a Receita para lançar o produto. Fora isso, já temos a Resolução 344/16 do CNSP, que estabelece regras para estruturação e comercialização do produto, e aguardamos a Susep colocar em consulta pública a minuta da circular, na qual estamos trabalhando em conjunto”, frisa Rosini.

Na visão dele, esse produto pode ter relevante função social por aliar características dos seguros de vida e de formação de poupança. Além disso, traz grande flexibilidade, pois é o único de seguro que não tem a cobertura cancelada, se o segurado precisar parar de pagar o prêmio por um período.

“O produto prevê a utilização do fundo de reserva para quitar os prêmios obrigatórios e, assim, manter a proteção do cliente ativa. Isso tem importância social relevante”, comenta Rosini.

O executivo garante que o seguro de Vida Universal tem características que facilitarão seu rápido crescimento nos próximos anos, principalmente por, além da flexibilidade, agregar proteção securitária a investimentos.

“Nos Estados Unidos, logo após ser lançado há 30 anos, o seguro cresceu rapidamente sem tirar mercado de outros produtos. Algo similar deve ocorrer no Brasil, porque vislumbramos a possibilidade de crescimento de todas as modalidades.

“Nos Estados Unidos, logo após ser lançado há 30 anos, o seguro cresceu rapidamente sem tirar mercado de outros produtos. Algo similar deve ocorrer no Brasil.”

Dennys Rosini, FenaPrevi

des. Todos os produtos têm seu espaço”, pontua.

Rosini destaca a questão tributária como um dos fatores que ainda emperram o lançamento desse seguro no Brasil, mas acrescenta que a discussão já avança para ter “um colchão” que garanta melhor desenho na regulamentação.

Para ele, é muito importante existir um mecanismo contábil diferente, razão pela qual o setor pede não uma nova legislação ou mudanças tributárias, mas uma instrução normativa que não deixe dúvidas, principalmente entre os consumidores, e que não ocorram ações tributárias, com impactos que possam inviabilizar o produto.

Outro ponto destacado é o fato de o seguro de Vida Universal atender tanto as camadas mais pobres como as de alta renda. Os primeiros, pela possibilidade de assegurar proteção e, ao mesmo tempo, formar poupança; e os demais, por ser uma alternativa para diversificar investimentos.

Nesse contexto, os corretores de seguros deverão ter papel importante, já que o produto apresenta diversas possibilidades e será mais flexível que o seguro tradicional. “As seguradoras darão apoio, treinamento e capacitação para que os corretores possam explicar em detalhes as nuances do seguro universal à população brasileira”, conclui.

TÍTULOS PODEM SER INSTRUMENTOS DE GARANTIA PARA OBRAS PÚBLICAS

FenaCap acredita na possibilidade de a utilização dos títulos baratear o custo financeiro dos contratos da administração pública para convencer o Governo a incluí-los nas leis de licitações

A inclusão de títulos de capitalização da modalidade Instrumento de Garantia como proteção para contratações públicas consta entre as propostas do Plano de Desenvolvimento do Mercado Segurador (PDMS). Os títulos já são um instrumento de garantia regulado por norma infralegal, editada pela Susep. Porém, nas leis que regulamentam as licitações e contratos públicos, como a 8.666/93, eles não são citados como bens garantidores.

“Nosso objetivo é trabalhar nos normativos para que cite nominalmente os títulos de capitalização, dando ainda mais segurança, transparência e, consequentemente, fazendo com que consigamos garantir mais negócios com a modalidade”, explica o diretor-executivo da FenaCap, Carlos Alberto Corrêa.

Para ele, os títulos de capitalização, em conjunto com os demais produtos de acumulação do setor de seguros, são capazes de reduzir o custo envolvido na avaliação de créditos e aumentar a oferta. “A iniciativa demonstra a visão do Governo em buscar um mercado que já financia grande parte da economia com suas reservas técnicas, além dos demais benefícios, como emprego e tributos, entre outros”, comenta.

A Lei 8.666/93 que não prevê o título de capitalização como instrumento de garantia não é considerada um obstáculo para Corrêa e, sim, como uma oportunidade. “O nosso trabalho é buscar mecanismos para operar dentro dessas leis, introduzindo o título de capitalização como um instrumento garantidor”, pontua.

Para convencer o Governo e os congressistas, o setor já tem um forte argumento: a possibilidade de a utilização dos títulos de capitalização baratear o custo financeiro dos contratos públicos. Assim, como o mercado segurador já é um importante financiador do Governo, por meio da utilização de títulos públicos para garantir reservas técnicas, a oferta dos títulos de capitalização seria mais um ingrediente nesse processo.

“Vejo com bons olhos a redução dos custos das obras e a possibilidade de ter mais ofertas”, ressalta Corrêa.

A proposta trará impacto para os resultados da Capitalização. Contudo, para o diretor da FenaCap, os benefícios vão além das questões mercadológicas, uma vez que, quanto mais negócios forem feitos, mais empresas podem se interessar, o que geraria empregos, tributos e novos negócios, formando um ciclo virtuoso.

Além disso, há o apelo das questões ASG, porque fica mais fácil atender aos aspectos ambien-

“O nosso trabalho é buscar mecanismos para operar dentro dessas leis, introduzindo o título de capitalização como um instrumento garantidor.”

Carlos Alberto Corrêa, FenaCap

tais, sociais e de governança com a melhor gestão financeira das obras públicas. O resultado é o benefício social. “Esse processo vai gerar novos negócios e fazer a engrenagem se movimentar, dando sustentabilidade ao processo”, acentua Corrêa.

A FenaCap propõe também a utilização da modalidade de garantia em contratos de curta duração, como já ocorre na locação de imóveis, especialmente de pequenas temporadas. O que se vislumbra é a possibilidade de mais negócios para a modalidade que se encaixa às necessidades do consumidor. “Precisamos aproveitar a oportunidade e criar mecanismos para aproximar o produto da população”, conclui.

DIFERENÇAS ENTRE SEGUROS CONDOMINIAIS E RESIDENCIAIS

Há muita confusão em torno das coberturas dos dois seguros, que têm diferenças relevantes. Um é obrigatório, o outro, facultativo.

●●● Muita gente ainda confunde os seguros condominiais com os residenciais, seja quanto ao objeto, às coberturas, seja quanto à responsabilidade e à obrigatoriedade pela contratação. Mas, de fato, há diferenças relevantes. Segundo o corretor de seguros Marcos Vinícius Caetano, o seguro de condomínio é obrigatório para prédios residenciais, comerciais ou de uso misto, de acordo com o Código Civil Brasileiro. Cabe ao síndico contratar o seguro, e o prêmio é rateado entre os condôminos.

Esse seguro cobre as partes comuns do condomínio contra riscos de incêndios, fumaça ou explosões (cobertura básica), com possibilidade de contratação de outras coberturas (vendavais, danos elétricos, RC, danos morais e elétricos, alagamentos, desmoronamentos, quebra de vidros e outros).

Os serviços oferecidos pelas seguradoras na contratação do seguro condominial, com assistência 24 horas, podem ser gratuitos ou não, de acordo com o contrato. São eles: chaveiro, encanador, electricista, bombeiro hidráulico e porteiro substituto, todos com impacto no valor do prêmio a ser pago.

Já o Seguro Residencial, contratado pelo proprietário do imóvel, é individual e eletivo e cobre incidentes que ocorrem dentro da unidade. O seguro cobre danos causados por incêndios, explosões e alagamentos decorrentes de reforma, problemas elétricos, quebras acidentais de vidros ou aqueles causados pelo morador a outras pessoas; além de roubo ou furto.



O seguro tem também diversos benefícios em forma de serviços oferecidos pelas seguradoras, gratuitos ou não. “Existem pelo menos três coberturas adicionais nos seguros residenciais: pagamento de aluguel, rompimento de tubulação e responsabilidade civil”, afirma Caetano, sócio da Estratégia Corretora de Seguros.

●●● EVENTOS INESPERADOS

Já os riscos excluídos, em ambos os casos, podem variar de acordo com a seguradora e o tipo de cobertura contratada, mas geralmente incluem as despesas com manutenção ou reparos ordinários do prédio ou da residência. Normalmente, o seguro cobre apenas os danos causados por eventos inesperados. Despe-

“Existem pelo menos três coberturas adicionais nos seguros residenciais: pagamento de aluguel, rompimento de tubulação e responsabilidade civil”,

Marcos Vinícius Caetano, corretor

sas decorrentes de falta de manutenção ou desgaste natural do prédio ou da residência não estão cobertas.

Há ainda os danos causados por vícios de construção ou por animais, como mordidas de cães — que são de responsabilidade dos donos dos animais. Por fim, estão excluídos atos ilícitos de moradores ou condôminos. As coberturas de seguros podem ser contratadas isoladamente ou em conjunto, dependendo das necessidades e do perfil do segurado.

Há ainda a opção de pacotes com coberturas que incluem várias proteções em uma única apólice, que podem oferecer mais conveniência e economia para o segurado. Mas há casos em que contratar as coberturas isoladamente pode ser mais vantajoso.

Formação de excelência. Professores renomados.

- Graduação
- Pós-graduação
- MBA
- Imersões Internacionais
- Certificações Avançadas
- E muito mais!



SAIBA MAIS:
ens.edu.br
0800 028 3322



A sua Escola
de Negócios
e Seguros.

SEU NETWORKING EM NÍVEL GLOBAL

Vem aí a maior conferência do Mercado Segurador da América Latina. Esta é a sua oportunidade de se conectar com lideranças empresariais, executivos, formadores de opinião, autoridades, além de conhecer as tendências e transformações da Indústria de Seguros.



1.500
EXECUTIVOS



37 PAÍSES
CONFIRMADOS



+300 EMPRESAS
REPRESENTADAS

#FIDES
RIO
2023

38ª CONFERÊNCIA
HEMISFÉRICA DE SEGUROS

24 A 26
SETEMBRO
BARRA DA TIJUCA

GARANTA SEU INGRESSO
NO ÚLTIMO LOTE!
fidesrio2023.com.br



Realização: